

Mestrado em Arquitectura Paisagista

# Projecto da Cidade Lacustre em Vilamoura – Na Perspectiva do Arquitecto Paisagista

Trabalho de Projecto (Abril de 2011)

Realizado por: Tiago M. S. Martins

Orientador: Prof. Doutora Aurora Carapinha  
Co-Orientador: Prof. Paula Simões

## Índice

1 - Resumo /Abstract .....	4
2 – Introdução .....	5
3 - Metodologia .....	7
4 - Caracterização da região Algarvia.....	10
4.1 – Unidades Territoriais .....	11
5 – Caracterização da Quinta de Quarteira / Vilamoura .....	17
5.1 – Análise sociocultural e urbanística.....	17
5.2 – Análise e síntese biofísica .....	21
5.2.1 – Sistema Morfológico .....	21
5.2.2 – Sistema Hídrico .....	23
5.2.3 – Capacidade de uso do solo.....	25
5.3 – Sistema de Usos do Solo.....	27
Equipamentos e Serviços .....	33
Vias de Comunicação .....	35
5.4 – Síntese da análise adaptada à escala Local .....	37
6 - Projecto da Cidade Lacustre em Vilamoura.....	40
6.1 - Os Lagos e canais .....	42
6.2 - Componente Urbanística.....	46
6.3 - Parque ambiental de Vilamoura .....	49
6.4 - Estação Arqueológica – Cerro da Vila .....	52
7 - Estratégia Conceptual .....	56
8 – Projecto.....	64
9 – Considerações finais .....	87
10 – Referências Bibliográficas .....	91

## Agradecimentos

Antes de qualquer formalização do trabalho que se apresentará de seguida, destinou-se este capítulo, ao meu sincero reconhecimento de todos aqueles que proporcionaram não só a realização deste trabalho de mestrado, como também todo o trajecto académico em que o culminar é este trabalho.

Dos quais destaco a Vera pelo papel importante que teve, principalmente, no decorrer da realização deste trabalho, cujos obstáculos foram ultrapassados com o seu apoio incondicional; os meus pais que foram fundamentais de forma inquestionável, em todos os aspectos e sem eles, tudo isto teria sido impossível; toda a restante família onde quero destacar todo o apoio em geral e principalmente todo o apoio e incentivo que recebi durante os últimos sete anos, da minha tia Catarina.

Da Universidade de Évora agradeço a todos os docentes em geral que me guiaram da forma mais criativa e exigente no mundo da Arquitectura Paisagista, onde destaco em particular a Prof. Doutora Aurora Carapinha não só pela orientação de projecto de mestrado, mas sobretudo pela importância que teve em todo o meu percurso académico.

À minha Co-orientadora de projecto de mestrado, a Prof. Paula Simões pela constante evolução da tese final que proporcionou desde o início, bem como na minha evolução pessoal, especificamente na área de projecto durante a Licenciatura.

E por fim, a todos os amigos e conhecidos que de forma directa ou indirecta proporcionaram da melhor forma ao culminar de mais uma fase académica.

## 1 - Resumo /Abstract

### **Projecto da Cidade Lacustre em Vilamoura – Na Perspectiva do Arquitecto Paisagista**

O presente trabalho consiste na realização de um projecto de Arquitectura Paisagista, tendo como base uma análise e reflexão crítica ao Projecto da Cidade Lacustre, em Vilamoura. Com vista à compreensão e enquadramento do referido projecto, bem como do espaço em que este se insere, considerou-se fundamental efectuar uma análise e caracterização a nível regional e posteriormente, de forma mais aprofundada, uma análise adaptada à escala local, ao nível dos sistemas e componentes mais significativos, que terão influência para o desenvolvimento do projecto. É ainda fundamental efectuar uma análise e síntese do Projecto da Cidade Lacustre, cuja interpretação representou a principal motivação para a realização deste trabalho.

Por fim, define-se a estratégia conceptual e os principais objectivos a atingir com a realização deste projecto, com base nos quais se desenvolve e estrutura uma proposta de intervenção, devidamente adequada ao espaço em que se insere, na perspectiva do Arquitecto Paisagista.

### **The Lakeside City design, in Vilamoura – In the Landscape Architect perspective**

The present work consists in the realization of a Landscape Design project, based on an analysis and critical reflection of the Lakeside City project, in Vilamoura.

With a view to understand and enframe that project, as well as the space in which it falls, it was considered essential make an analysis and characterization at regional level and later, in more depth, an analysis adapted to the local scale, at the level of the most significant components and systems, which will influence the development of the project.

It is also crucial to make an analysis and synthesis of the Lakeside City Project, whose interpretation was the main motivation for the realization of this work.

Finally, is defined the conceptual strategy and the principal objectives to achieve with this project, based on which is developed and structured an intervention proposal well suited to the space in which it inserts, in the Landscape Design perspective.

## 2 – Introdução

Tendo como objectivo a obtenção do grau de mestre em Arquitectura Paisagista, bem como a consolidação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo da licenciatura, realizou-se o presente trabalho, que, de modo geral, consiste na realização de um projecto de espaço exterior público, tendo como base uma análise crítica ao projecto da Cidade Lacustre.

O conhecido projecto da Cidade Lacustre tem como espaço alvo de intervenção a localidade de Vilamoura, pelo que se considerou fundamental, com vista a compreender o referido espaço, bem como as relações por ele e com ele estabelecidas, efectuar a sua breve caracterização, primeiro enquanto região e depois de forma mais aprofundada o espaço concreto alvo de intervenção, a Quinta de Quarteira/Vilamoura.

A actual localidade de Vilamoura é um espaço bastante complexo, cuja identidade e riqueza económica se centra principalmente no turismo e nas diferentes formas de apropriação que lhe estão directamente associadas. Contudo, a sua riqueza e potencialidade, não só a nível económico, como também a nível sociocultural, urbanístico, biofísico, ecológico e paisagístico, vai muito além do turismo. Deste modo, considerou-se determinante a análise desta zona ao nível dos diversos sistemas nela integrados, de forma a compreender quais as condicionantes e potencialidades que lhe estão intrínsecas e como as solucionar ou potenciar, respectivamente.

A realização do Projecto para esta zona teve em conta, não só a análise e caracterização do próprio local, como também do projecto da Cidade Lacustre que neste local se irá implantar, e cuja interpretação representou a principal motivação para a realização deste trabalho.

A análise e caracterização do espaço de intervenção, aliada à análise crítica do projecto da Cidade Lacustre, permitiram delinear os principais objectivos a atingir com a realização desta proposta, sintetizados na estratégia conceptual adoptada, que constitui o ponto fulcral para o posterior desenvolvimento da proposta de Arquitectura Paisagista.

A parte final deste trabalho consiste assim no desenvolvimento e estruturação de uma proposta de Arquitectura Paisagista, ao nível de estudo prévio, que resolva os principais problemas previamente identificados, tanto neste espaço, como também na proposta para ele já elaborada – Cidade Lacustre, tirando o máximo partido das potencialidades e recursos presentes. Pretende-se, com a elaboração deste projecto, combater a tão acentuada pressão e descaracterização que esta zona tão sensível do país, tem vindo a

ser alvo, mostrando uma maneira distinta de contribuir para a economia da região, tendo contudo em conta os recursos e valores em presença. Pode-se desta forma contribuir para que se passe a encarar toda esta zona de uma nova perspectiva, da perspectiva do Arquitecto Paisagista, distinta daquela que foi tida em conta no projecto da Cidade Lacustre, mas que contribui igualmente para o desenvolvimento económico e turístico desta Região.

### 3 - Metodologia

É determinante para a organização de todo o processo associado à realização deste projecto, bem como para os resultados obtidos, a estruturação prévia de uma metodologia de trabalho, que permita delinear a forma de abordagem ao projecto e às diferentes fases que o constituem. Esta metodologia foi sendo constantemente adaptada à medida que se foi atingindo cada fase, posteriormente enunciada, o que decorre da natural interiorização e consequente evolução de todo o processo, que se desenvolve em 4 fases:

#### 1 - Análise e caracterização da zona de intervenção

Nesta fase inicial é determinante proceder à recolha de informação relativa ao local em questão, de modo a obter um suporte sólido que permita, simultaneamente, compreender todos as condicionantes e potencialidades intrínsecas ao projecto da Cidade Lacustre, bem como servir como base de apoio para a realização de uma proposta que se adequa às características biofísicas, sociais, económicas e culturais desta zona. Pretende-se nesta fase analisar e compreender todos os sistemas presentes, bem como as suas principais características e elementos significativos, primeiro num contexto regional e posteriormente à escala local, à escala do espaço de intervenção propriamente dito.

A fase de análise e caracterização da paisagem em função das suas componentes subjectivas e objectivas (ecológicas, culturais e formais) é fundamental para o desenvolvimento da estratégia conceptual e do caminho criativo e consequentemente de uma proposta de intervenção adaptada ao espaço em que se insere, cujo principal objectivo consiste na valorização e respeito pelo meio e pelos valores em presença.

Em simultâneo com diversas visitas ao local, efectuadas em fases distintas do processo, esta fase foi acompanhada pela análise de diversos elementos, entre os quais se destaca:

- Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Algarve;
- Plano Director Municipal (PDM) de Loulé;
- Plano de Urbanização (PU) de Vilamoura – 2ª fase;
- Planta da Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Planta da Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Carta militar de Portugal 606 à escala 1:25 000;

- Ortofotomapas.

## **2 - Reflexão crítica sobre o projecto da Cidade Lacustre em Vilamoura**

A análise do projecto da Cidade Lacustre e posterior reflexão crítica sobre a viabilidade, essencialmente ecológica, paisagística, cultural, social e económica da sua implementação, representou efectivamente a principal motivação para a realização deste estudo.

Esta fase inicia-se com uma recolha de informação sobre a proposta apresentada pela Lusort para a Cidade Lacustre, para posteriormente se poder efectuar uma análise e síntese das principais potencialidades e condicionantes que resultam da realização deste projecto, relativamente ao espaço em que se enquadra. Foram para tal tidos em conta os seguintes elementos:

- Projecto Cidade Lacustre, Vilamoura – Algarve, Lusotur;
- Estudo de Impacte Ambiental Lagos Cidade Lacustre – Resumo não técnico;
- Declaração de Impacte Ambiental, Ministério do Ambiente O. T.;
- Parecer da Associação ambiental Almargem;
- Estudo de Impacte Ambiental, Investigação Arqueológica Subaquática.

## **3 - Estratégia conceptual**

Após síntese e interiorização das fases anteriormente descritas, de análise e caracterização da zona de intervenção e reflexão crítica sobre o projecto da Cidade Lacustre, define-se a estratégia conceptual, a partir da qual se desenvolve e estrutura todo o desenho do projecto.

Tendo como base os fluxos e ligações mais importantes ao nível da circulação, existentes ou "potenciais", bem como os principais usos e funções identificados, tanto na área de implantação do projecto como na sua envolvência próxima, chegou-se ao desenho da estratégia conceptual adoptada. Do desenho da estratégia conceptual surgem cinco grandes áreas, posteriormente associadas na fase de proposta a determinados usos e funções, consoante as carências identificadas ao nível da cidade e a potencialidade inerente a cada um destes espaços.

#### **4 - Proposta ao nível de Estudo – Prévio**

Com base nas análises efectuadas e na estratégia conceptual adoptada chegou-se ao desenho de projecto, que surge principalmente do respeito e valorização do espaço em que se insere e das pré-existências nele identificadas. É uma intervenção efectuada ao nível de Estudo Prévio onde se garantiu a criação de um espaço singular na valorização das pré-existências e simultaneamente dinâmico ao nível económico, social, cultural e ecológico.

#### 4 - Caracterização da região Algarvia

Para uma melhor compreensão e reflexão sobre o projecto da Cidade Lacustre, bem como, posteriormente, para a elaboração de uma possível solução de projecto, é determinante a realização de uma breve caracterização da região Algarvia, em que este espaço se insere.

Não se pretende com esta caracterização relatar todas as características intrínsecas à região, uma vez que se trata de um assunto complexo e que já se encontra actualmente bastante desenvolvido. Pretende-se sim, reflectir e cruzar informação relativa às unidades territoriais que a constituem (Figura 1), com o objectivo de identificar as diversas condicionantes e potencialidades presentes na região e que poderão ter influência ao nível do desenvolvimento do projecto.

A região algarvia apresenta uma área de cerca de 500 000ha, abrangendo uma população residente com cerca de 395 000 habitantes, distribuída por 16 concelhos.

Apresenta os principais centros populacionais ligados ao mar e ao turismo que lhe está directa ou indirectamente associado. O tipo de turismo desta região, de carácter sazonal, tem vindo a evoluir de forma desmesurada, não constando um factor necessariamente positivo, já que não cria a estabilidade necessária à economia da região.

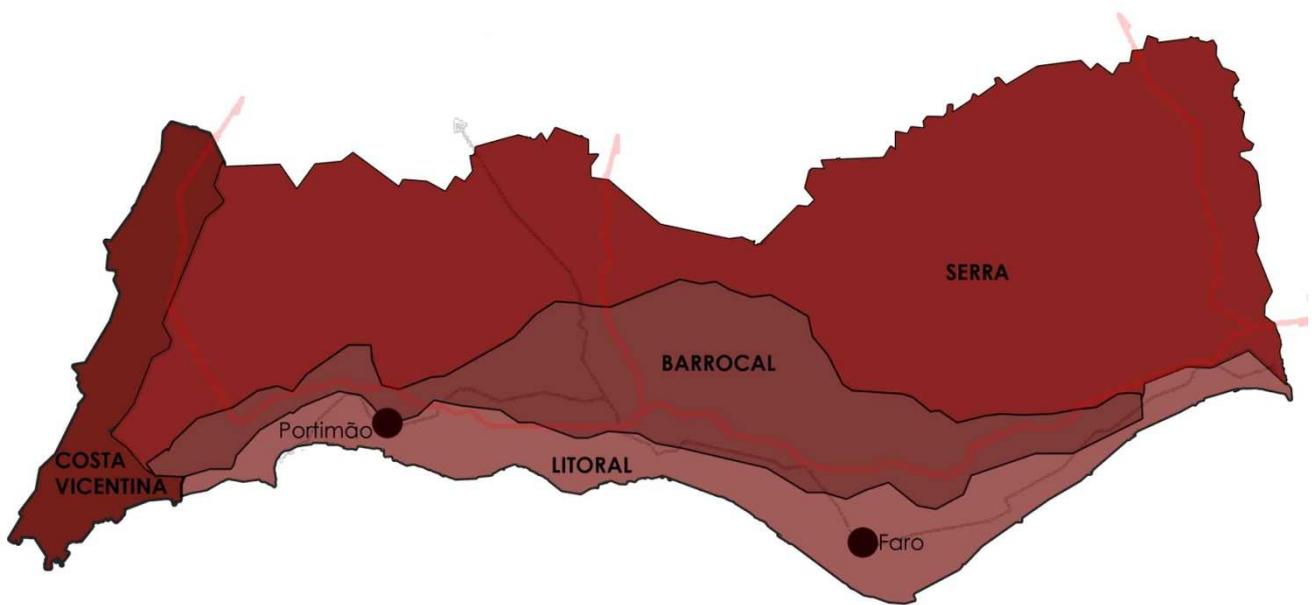
Segundo M. Guerreiro *"a debilidade estrutural e produtiva do Algarve poderá obrigar a que o turista nórdico desça um dia a Faro munido de víveres e de água para suplementar a magra porção que lhe cabe no racionamento dos recursos regionais disponíveis"*<sup>1</sup>. Referia-se ao facto da economia do Algarve estar cada vez mais dependente do turismo, preterindo outros elementos de desenvolvimento socioeconómicos, tais como a agricultura e a criação de gado, levando por isso à importação, desnecessária, de vários elementos fundamentais à sobrevivência do Homem.

Sendo o Algarve uma região diversificada e complexa no que se refere à sua organização territorial, e dada a diversidade de padrões actuais de ocupação do solo, optou-se por elaborar a sua caracterização sobre quatro Unidades Territoriais bem distintas, que resultam quer das características biofísicas, sócio-económicas e edafo-climáticas, quer do enorme *"desenvolvimento das actividades turísticas e do relativo declínio das actividades económicas tradicionais"*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> M. Gomes Guerreiro, "O Algarve perante a regionalização", Odisseia, 1998 – pág.45

<sup>2</sup> PROT Algarve, Volume I, pág. 20

## 4.1 – Unidades Territoriais



**Figura 1** – Definição de Unidades Territoriais (Adaptação de imagem com base em PROT Algarve e respectivo parecer da Universidade do Algarve e Universidade de Évora)

### COSTA VICENTINA

Esta unidade territorial corresponde ao Litoral Poente e ponta de Sagres, “onde os valores naturais e paisagísticos a proteger têm expressão importante, e o enquadramento histórico-cultural associado aos Descobrimentos é amplamente reconhecido”<sup>3</sup>.

Caracteriza-se ainda pelas insuficientes acessibilidades entre os seus centros urbanos, pelo fraco dinamismo económico e ocupação incipiente e concentrada em pequenos núcleos urbanos.

A Costa Vicentina inclui a costa dos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo e corresponde à “fachada” mais exposta do litoral algarvio, onde predominam as formas de erosão dominadas por arribas de rochas resistentes. As praias são exíguas ou de difícil acessibilidade, o que determina uma menor procura e conseqüentemente uma menor pressão sobre a faixa costeira.

A área da Costa Vicentina corresponde aos limites da Zona de Protecção Especial (ZPE), no âmbito da Rede Natura 2000 e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). “Nesta área, pretende-se conservar uma faixa costeira de características essencialmente naturais e com reduzida ocupação humana, onde os

<sup>3</sup> PROT Algarve, Volume I, pág. 71

*acessos ao litoral deverão ser devidamente disciplinados e os ecossistemas sensíveis da faixa costeira preservados, e em que o desenvolvimento das actividades turísticas deverá ser feito através de unidades de natureza e dimensão compatíveis com os valores naturais em presença”<sup>4</sup>.*

Considera-se preponderante que nesta zona se promova a capacidade de desenvolvimento turístico das zonas interiores, pelo que é fundamental compatibilizar os regimes territoriais aplicáveis e assumir compromissos equilibrados entre o turismo e os recursos territoriais, fomentando condições económicas para a fixação das populações.

## **SERRA**

A serra é caracterizada pela presença de conjuntos montanhosos, como a Serra de Espinhaço de Cão, a Serra de Monchique (ponto mais alto do Algarve com uma cota de 900m) e a serra do Caldeirão, abrangendo cerca de 60% de área total do Algarve. Cada uma destas áreas possui em comum uma relativa falta de acessibilidades internas e um baixo dinamismo, apresentando desta forma, características próprias em termos de padrões de povoamento, de actividades agrícolas, pecuárias e florestais, de valores naturais e dinâmicas sócio-económicas.

Esta zona de Serra caracteriza-se por ser constituída, exclusivamente, por xistos e grauvaques impermeáveis, promovendo solos mal estruturados, delgados e soltos, facilmente susceptíveis a factores de erosão.

Relativamente ao coberto vegetal é constituído por matos e povoamentos arbóreos de sobreiro ou azinheira, com sub-bosque de medronheiro e esteva e povoamentos de eucaliptal.

A Serra manifesta actualmente uma realidade bem dramática, em especial devido à Campanha do Trigo de 1929, que incentivou o cultivo de mais terrenos através de prémios de arroteia e com um preço de fomento compensador para aquele cereal, considerando e divulgando que a existência de zonas não cultivadas não tinha justificação no século XX. A actividade “criminosa” do pastor e a intensificação cultural do sequeiro assente na necessidade de um auto-abastecimento e na ideia de que a adubação mineral poderia restituir os elementos extraídos do solo, aliada a uma técnica rudimentar onde não se ponderou o problema do declínio da fertilidade do solo motivada pela erosão, deram origem a que centenas de milhares de hectares que deviam estar valorizados,

---

<sup>4</sup> PROT Algarve, Volume I, pág. 99

possivelmente com floresta, formem hoje charnecas e descampados imensos. Como consequência disso onde devia haver solo surgiu a rocha-mãe e o subsolo apresenta-se estéril e incapaz de sustentar, por vezes, a própria cobertura graminóide.

Esta área, marcada pela falta de acessibilidades internas e pela presença de pequenos núcleos de carácter disperso, e por um consequente baixo dinamismo, caminhará para o despovoamento e desertificação humana, já muito acentuada em zonas interiores do País.

## BARROCAL

O barrocal encontra-se na zona intermédia, entre o litoral e a serra, caracterizando-se pelo seu relevo relativamente ondulado, que raramente ultrapassa os 400m de altitude.

*“O Barrocal distingue-se pela particularidade do seu relevo, o vermelho escuro forte dos solos e a frequente presença de afloramentos rochosos que têm grande realce na paisagem pelo contraste das suas cores claras relativamente às tonalidades barrentas de onde emergem.”<sup>5</sup>*

Sendo uma zona caracterizada por ser a principal fornecedora de produtos agrícolas do Algarve, a evolução do aproveitamento agrícola do barrocal deve-se, principalmente, à valorização das alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras e à procura permanente de água, por vezes a grandes profundidades, para instalação de novos regadios.

*“O povoamento do Barrocal é relativamente denso e disperso, distribuindo-se tradicionalmente ao longo das estradas. A ocupação turística verificada no litoral não se propagou de igual maneira no Barrocal. Aqui foram recuperadas para residências de veraneio algumas casas e antigas instalações agrícolas. Ultimamente tem-se assistido à construção de muitas moradias disseminadas pelas encostas viradas ao mar, alterando assim o padrão de ocupação anterior.”<sup>6</sup>*

## LITORAL

O litoral apresenta uma grande diversidade em termos paisagísticos, variando entre costas abruptas, areais extensos, lagunas recortadas, sapais e variadas formações dunares. Com

---

<sup>5</sup> A. Cancela D'ABREU, T. Pinto CORREIA, R. OLIVEIRA; Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental; Volume V; Colecção Estudos 10; DGOTDU; Lisboa; 2004; pág.199.

<sup>6</sup> A. Cancela D'ABREU, T. Pinto CORREIA, R. OLIVEIRA; Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental; Volume V; Colecção Estudos 10; DGOTDU; Lisboa; 2004; pág.200.

aproximadamente 50 000ha, possui na sua maioria um solo constituído essencialmente de areias, susceptível de suportar uma agricultura rentável, aquando da presença de água e matéria orgânica. No entanto, é uma zona que apresenta um clima quente e seco, aumentando assim a evaporação potencial, diminuindo a queda pluviométrica que é extremamente baixa (200/300mm em 60 dias de Inverno) e diminuindo o nível freático de forma considerável, o que se agrava com a constante abertura de poços cada vez mais profundos.

É neste sector do Algarve que se concentra a grande maioria da população residente e turistas, as infra-estruturas e equipamentos e conseqüentemente as actividades económicas mais significativas a nível regional. A presença de um elevado número de actividades económicas, em consequência do crescimento populacional, originou uma dissipação de recursos e uma deterioração acelerada do território, na medida em que não foram accionados os mecanismos de gestão necessários de ocupação, de acordo com as aptidões, potencialidades e vocação do território.

*“Nesta unidade é determinante a presença de espaços edificados, concentrados ao longo de uma faixa contínua, sendo mais densos junto ao mar e mais dispersos no sentido do Barrocal. Esta mancha com edifícios de natureza e tipologia muito diversificadas sem coerência e estrutura perceptível, confere à paisagem um aspecto claramente desorganizado.”<sup>7</sup>*

As consequências destes acontecimentos são inúmeras e gravosas, quer para a economia da região, quer no que refere à qualidade da paisagem, que se reflectem de forma directa na qualidade da vida das populações. Assim, a degradação do potencial agrícola, recursos minerais, recursos pesqueiros, potencial recreativo, poluição ambiental e aceleração dos processos erosivos assumem uma especial relevância.

A raridade do espaço litoral impõe, mais que em qualquer outro lugar, uma escolha selectiva das actividades a desenvolver e uma criteriosa escolha da sua localização. Estes objectivos simultâneos de desenvolvimento e de protecção não podem ser conciliados se não houver um esforço na organização do espaço, o qual passa pela execução de planos que contemplem as políticas a adoptar a curto mas sobretudo a longo prazo.

Para o cumprimento de tais medidas é fundamental reconhecer a importância da **manutenção dos equilíbrios naturais**, que condicionam a vida humana, pelo contacto entre o espaço terrestre e o espaço marítimo e que constitui um bem único, escasso e frágil. Por outro lado, pelo facto de ser zona de suporte a numerosas actividades

<sup>7</sup> A. Cancela D'ABREU, T. Pinto CORREIA, R. OLIVEIRA; Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental; Volume V; Colecção Estudos 10; DGOTDU; Lisboa; 2004; pág.205.

económicas e sociais, o litoral assume uma função primordial nas economias locais, desempenhando um papel estratégico no processo de desenvolvimento e na organização da economia a nível regional.

Apesar da indiscutível importância que as actividades sócio-económicas apresentam na região, o Litoral terá que ser encarado como um recurso ímpar, insubstituível e património de todas as gerações, presente e futuras, já que tem vindo a ser submetido às mais violentas agressões que o **descaracterizam** e/ou **destroem**, de forma irreversível.

Muitas dessas agressões são conscientes e correspondem à necessidade de lucrar com o recurso litoral, sem calcular verdadeiramente os prejuízos ambientais, culturais e sociais que estas agressões acarretam.

Este sector, embora heterogéneo, tem o turismo como principal responsável por tais agressões e apresenta padrões de uso e ocupação do solo que o diferenciam das restantes unidades territoriais.

À luz desta actividade sazonal estamos perante uma **intensa pressão** exercida sobre os recursos naturais e um estado de quase “**esgotamento**” dos espaços edificáveis na faixa costeira do Algarve, que nem sempre apresenta qualidade urbana e paisagística, nem estruturas adequadas em termos do ordenamento dos usos e actividades, infra-estruturação, equipamentos, dotação adequada em espaços exteriores e em actividades de apoio ao turismo. “O povoamento é desordenado com características de dispersão. A imagem ao longo de toda a faixa litoral é de uma urbanização em mancha de óleo, que resultou, nos últimos anos, de novas áreas urbanas e urbano - turísticas.”<sup>8</sup>

Tendo presente esta realidade torna-se claro a necessidade de promover a **protecção, requalificação e valorização** da faixa costeira, impondo severas restrições a ocupações futuras. Neste sentido, o PROT Algarve desenvolveu um conjunto de normas orientadoras que “... terão que incidir na proibição da ocupação urbana contínua da zona terrestre de protecção e assegurar a continuidade de corredores ecológicos de ligação entre o litoral e interior.” Normas estas, que por vezes não são devidamente acauteladas nos Instrumentos de Planeamento Territorial. Quando são, na fase de Planos de Pormenor ou Planos de Urbanização, são abertas excepções que desvinculam e adulteram grande parte das normas e regras previstas noutros instrumentos.

É fundamental tomar conhecimento dos problemas mais graves do litoral que se prendem, quer com a multiplicação das fontes permanentes da poluição marítima e

---

<sup>8</sup> A. Cancela D'ABREU, T. Pinto CORREIA, R. OLIVEIRA; Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental; Volume V; Colecção Estudos 10; DGOTDU; Lisboa; 2004; pág.189.

telúrica, quer com a degradação urbanística resultante da pressão crescente a que se encontra sujeito.

Pode-se afirmar que o Litoral é o elemento mais marcante da Região, conjugando uma elevada sensibilidade ecológica com a implantação da maioria dos aglomerados urbanos de grande dimensão, a que corresponde também a concentração das actividades económicas motoras do desenvolvimento regional. Visando a valorização do património natural, o litoral deverá ser objecto de uma gestão integrada, entendida como um processo dinâmico, contínuo e interactivo que contemple a coordenação e a harmonização dos valores ambientais, sócio-económicos e territoriais. Qualquer actuação nesta área deverá ter como objectivo fundamental a preservação, defesa e valorização dos valores ambientais e a manutenção de um equilíbrio adequado entre o recurso territorial e a sua procura, em especial para usos turísticos. Terá assim que se procurar conciliar as **exigências do desenvolvimento** com os **imperativos da protecção**.

*“ (...) preservar os recursos naturais, ambientais e do património da região e por outro, de explorar esses recursos, conferindo-lhes sempre a qualidade adequada e indo ao encontro das preferências dos consumidores”<sup>9</sup>*

O espaço alvo de intervenção é um exemplo representativo das características intrínsecas a esta unidade territorial, bem como dos problemas que lhe estão associados, essencialmente no que refere à forte pressão turística e urbana e à sobre exploração de recursos que se sente nesta zona, que se irá aprofundar no próximo capítulo.

---

<sup>9</sup> Os fundamentos e principais linhas orientadoras que estiveram na base da revisão do **Plano Regional de Turismo do Algarve - Anos 2000**, Conselho do Plano, 159 (PRTA).

## 5 – Caracterização da Quinta de Quarteira / Vilamoura

Partindo de uma análise a nível Regional, parte-se para uma análise e caracterização mais aprofundada do local em que o espaço de intervenção se insere, nomeadamente a Quinta de Quarteira/Vilamoura, cujo entendimento é fundamental para o desenvolvimento da fase de proposta ao nível de Estudo Prévio.

### 5.1 – Análise sociocultural e urbanística

Não se sabe ao certo o início da povoação de Quarteira nesta zona mas, segundo a investigação realizada, a sua origem remonta ao período pré-romano com a designação toponímica de Carteia, sendo mais tarde habitada pelos Romanos.

Esses vestígios encontram-se na actual estação arqueológica do Cerro da Vila em Vilamoura, numa zona que foi um importante porto piscatório de ocupação romana, visigótica e muçulmana.

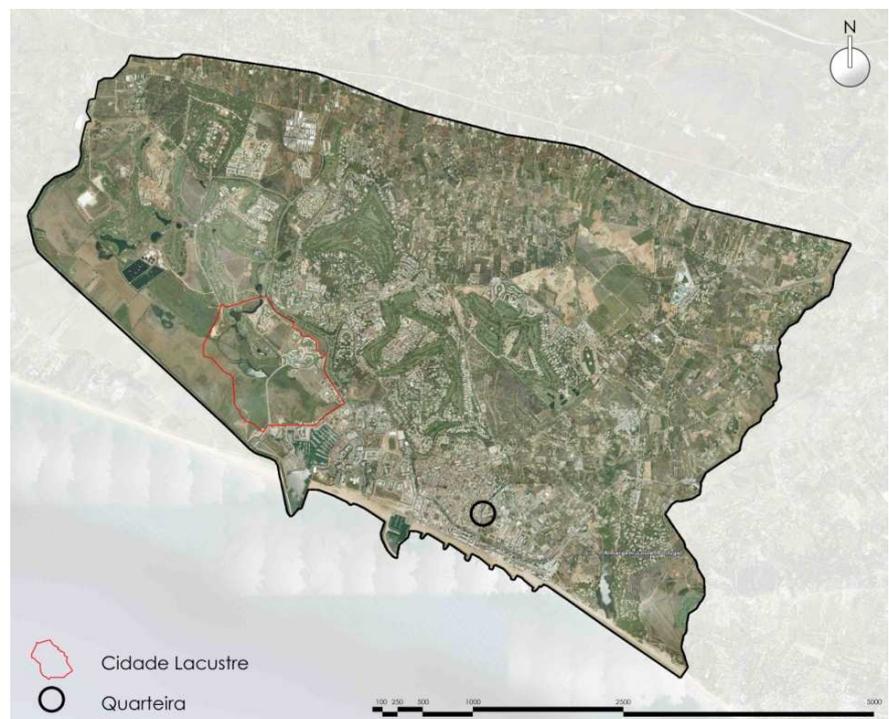
Em 1413, esta zona que se organizava em sistema de morgadio e pertenceu a

Gonçalo Nunes Barreto, um dos fiéis servidores do rei D.

João I, denominava-se de **Quinta de Quarteira** (figura 2).

O morgado de Quarteira (Quinta de Quarteira) pertenceu a várias gerações da Família de Gonçalo Barreto mas em 1863, o rei D. Luís extingue definitivamente o sistema de morgadios, entregando as terras às famílias que as ocupavam, levando consequentemente a uma intensa balcanização de pequenas courelas.

É então que Augusto de Moura Barreto (3º Conde da Azambuja), familiar de Gonçalo Barreto, se torna administrador dos bens do antigo morgado de Quarteira, em 1885. Mas



**Figura 2** – Fotografia aérea, delimitação da Quinta de Quarteira/Vilamoura e da zona destinada à implantação do projecto da Cidade Lacustre

em 1915, com a sua morte e perante a situação financeira delicada é decidido, em conselho de família, que se procedesse à venda dos bens da Quinta. Desta forma, surge a sociedade Santos Lima Ida, que adquire a Quinta da Quarteira, mas com a revenda através da cessão de quotas, o empresário Júdice Fialho passa a ser o novo dono, em 1929.

O novo dono da quinta de Quarteira foi um homem de grande visão, extremamente activo e empreendedor, qualidades que se destacaram nas diversas actividades a que se dedicou, nomeadamente na indústria fabril e das pescas, contribuindo de forma notória para o seu desenvolvimento.

A Quinta de Quarteira tinha como principal industria a pesca (figura 3), contudo, devido à riqueza dos seus solos, dá lugar a uma importantíssima produção agrícola, em que predominam os produtos hortícolas, considerando-se como uma das propriedades mais ricas do Algarve.



**Figura 3** – Imagem antiga da praia da Falésia (*Quarteira, Um olhar sobre o passado*, Câmara Municipal de Loulé)

Júdice Fialho contribuiu para o progresso nas propriedades agrícolas equipadas com as mais modernas máquinas industriais, cultivando frutos, produtos hortícolas e cereais, criando gado e fabricando vinho, azeite, etc. As suas explorações desfrutavam de todas as instalações essenciais à conservação e armazenagem dos produtos até consumo ou venda, à criação e engorda de animais, à transformação dos produtos e à guarda de equipamentos.

Em 1947, após várias disputas de partilhas, assiste-se à venda da propriedade Quinta de Quarteira a Arthur Cupertino Miranda, que tinha como objectivo criar nestas terras o maior empreendimento turístico privado da Europa. É assim, em 1964, que a sociedade privada, Lusotur – Sociedade de Turismo (presidida por Cupertino de Miranda), muda o nome de Quinta de Quarteira, para **Vilamoura**.

Nas áreas de aluvião que constituíam a Quinta prevalecia a courela, e com a conjugação de um clima quente e solos férteis, assistia-se anualmente à maturação precoce da maioria dos produtos agrícolas. Estas conferiam à Quinta uma imagem de “manta retalhada”, onde era praticada uma agricultura familiar, estando os topónimos destas Courelas relacionados com a actividade agrícola e vegetação predominante, salientando-se a Várzea das Laranjeiras, a Várzea da Faia, a Fonte do Ulme, a Vinha da Janela, o Pinhal Novo, a Várzea da Amendoeira, a Vinha do Casão e o Pinhal do Vale do Tisnado.

A preponderância social e económica que a actividade agrícola apresentava extinguiu-se, dando lugar ao turismo. Os terrenos que anteriormente tinham como suporte a actividade agrícola, passaram a ter o turismo como o maior dinamizador social e económico.

Actualmente Vilamoura é considerado o maior complexo turístico da Europa, dispondo de marina, vários campos de golfe, um casino, clube de ténis, praia (figura 4) e vários hotéis de 4 e 5 estrelas.

O tecido urbano de Vilamoura desenvolve-se a partir da marina, compreendendo vários hotéis e complexos residenciais destinados quase exclusivamente ao turismo e à “2ª habitação”.

Com a evolução deste empreendimento turístico, desde os anos 60, a vila piscatória de Quarteira transformou-se numa das mais importantes cidades algarvias ligadas ao turismo. Esta zona constitui-se agora como suporte de diversas actividades económicas, com destaque para o turismo e as actividades de recreio e lazer que lhe estão associadas. No



**Figura 4** – Imagem actual da praia da Falésia

entanto, a grande procura e ocupação que decorre das potencialidades turísticas nem sempre é compatível com a capacidade de suporte dos sistemas naturais, originando situações em alguns casos irreversíveis de destruição de recursos, bem como com os próprios objectivos de qualidade da oferta turística.

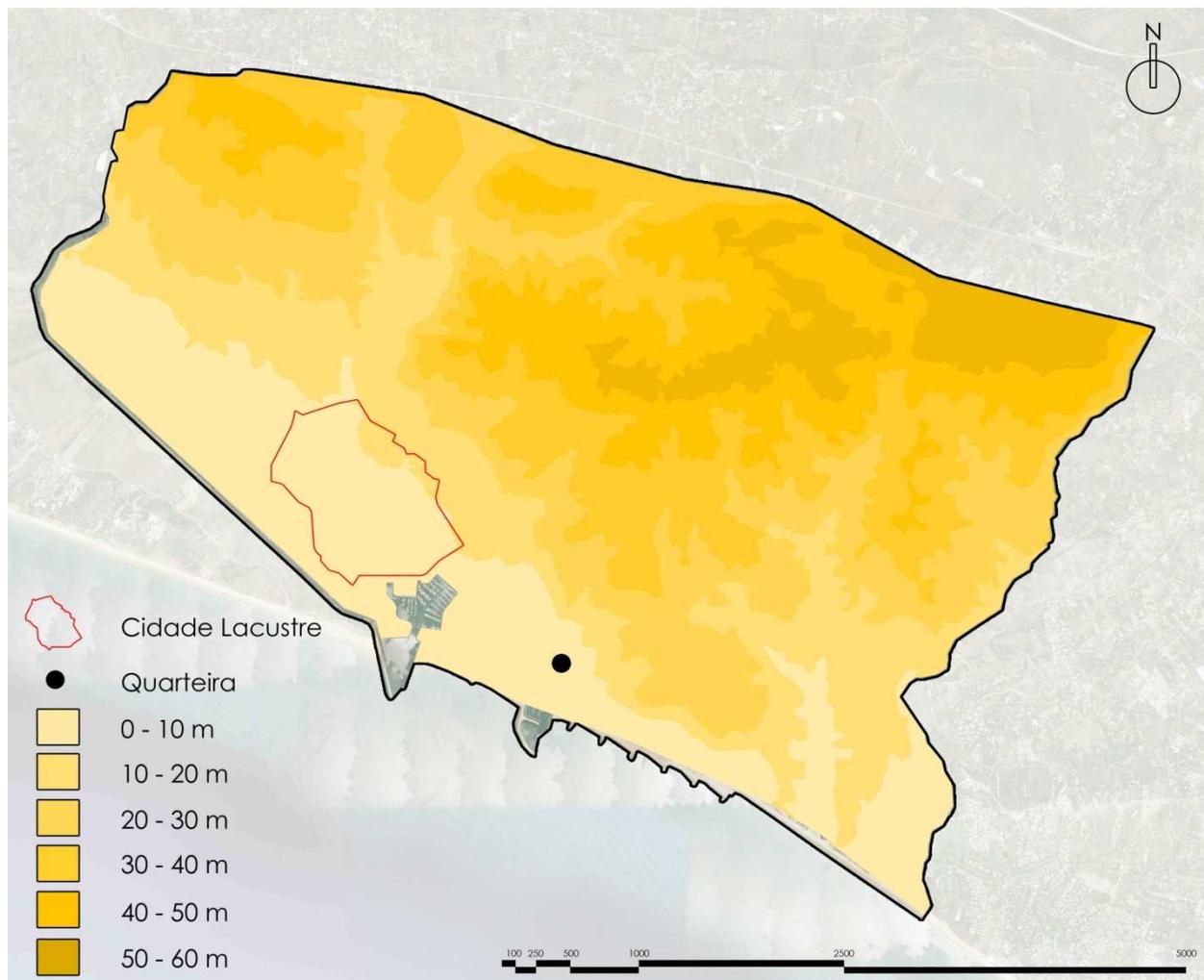
## 5.2 – Análise e síntese biofísica

Após o conhecimento da evolução sociocultural e económica de Quarteira torna-se fundamental identificar os recursos e valores naturais presentes nesta zona, assim como os seus elementos culturais, que possam constituir potencialidades/condicionantes ao desenvolvimento do projecto.

Cada uma das componentes é analisada pelas suas características intrínsecas, sendo posteriormente avaliado o modo como estas condicionam a implementação da proposta. Os componentes naturais considerados nesta caracterização são:

- Sistema Morfológico;
- Sistema Hídrico;
- Capacidade de Usos do Solo.

### 5.2.1 – Sistema Morfológico



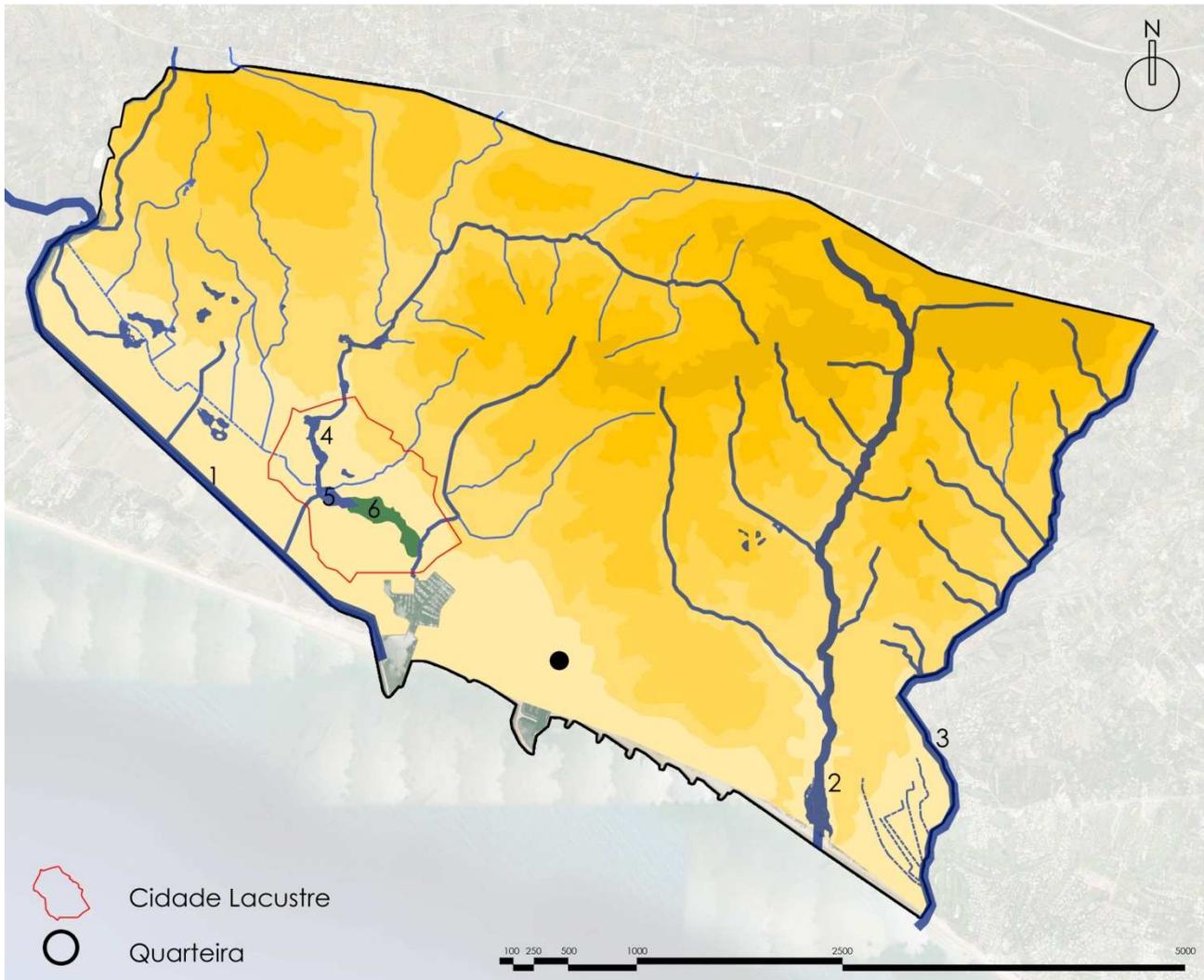
**Figura 5** – Carta hipsométrica de Vilamoura

A morfologia do território, entendida como a forma do relevo, resulta dos factores de erosão que sobre ele actuam.

Para a caracterização da hipsometria a informação altimétrica disponível foi hierarquizada de modo a permitir o estabelecimento dos seguintes patamares: 0-10m; 10-20m, 20-30m, 30-40m, 40-50m e 50-60 m.

A proximidade relativa com o mar confere à área em estudo uma baixa variação de cota, caracterizando-se por ser uma zona essencialmente plana, sem existência de grandes declives. Da análise deste mapa constata-se que a localidade de Vilamoura se desenvolve entre as cotas 0 e 60m. O limite da Cidade Lacustre está quase por completo circunscrito na classe até 10m de cota, situando-se na zona mais baixa da área em estudo.

### 5.2.2 – Sistema Hídrico



**Figura 6** – Carta de representação das ribeiras e principais afluentes presentes na zona de estudo, sobreposta à hipsometria do terreno: 1- Ribeira de Quarteira; 2- Ribeira da Vala Real da Fonte Santa; 3- Ribeira de Carcavai; 4- Ribeira dos Moinhos dos Canais; 5- Lago existente; 6- Zona temporariamente inundada.

Os principais cursos de água que atravessam a zona em estudo são a Ribeira de Quarteira, a Ribeira da Vala Real da Fonte Santa e a Ribeira de Carcavai.

Na fig. 6 estão representadas as ribeiras e seus principais afluentes, sobrepostos com a hipsometria do terreno.

Pode-se verificar que a Cidade Lacustre se encontra localizada na bacia hidrográfica da ribeira de Quarteira, sendo intersectada por alguns afluentes e por um lago artificial. Destaca-se nesta zona a presença de duas linhas de água com dimensão significativa, que desaguam directamente na praia.

Considera-se que será importante verificar, no capítulo seguinte, o risco potencial que a implementação do projecto da Cidade Lacustre apresenta para os recursos hídricos, nomeadamente os dois aquíferos presentes nesta zona, que estão ambos integrados na Orla Mesocenozóica Meridional e que apresentam pontos de entrada na Ribeira de Quarteira.

Segundo M. Raposo Magalhães, as zonas adjacentes a linhas de água são “...áreas particularmente favoráveis para a produção de biomassa e, opostamente, particularmente desfavoráveis para a edificação, devido à instabilidade que oferecem para as fundações, as péssimas condições de conforto que as caracterizam, e ainda o risco de cheias a que estão sujeitas.”<sup>10</sup>

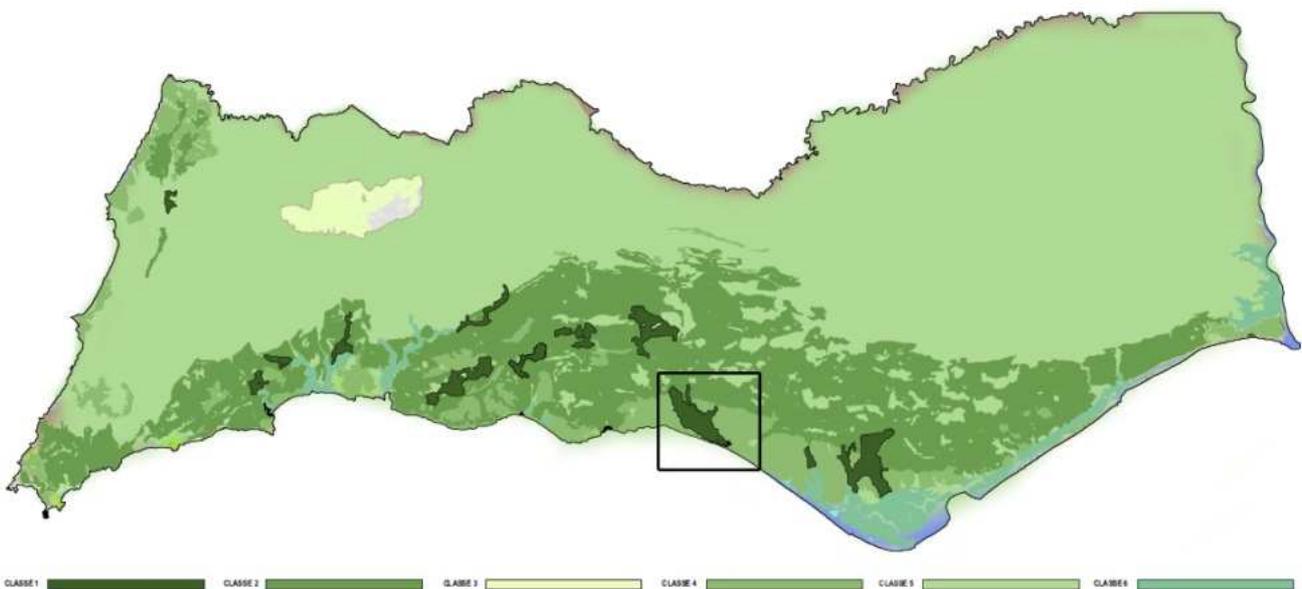
A zona temporariamente inundada que se encontra identificado na fig.6. foi distinguida por se considerar uma zona importante ao nível do sistema hídrico, bem como da fauna e flora e da sua continuidade ecológica. Encontra-se parcialmente inundada no Inverno desempenhando um papel importante no controlo das cheias. Por ser uma zona de características semelhantes à zona do Parque Ambiental de Vilamoura (P.A.V.) e lago existente é possível encontrar-se o mesmo tipo de fauna na zona temporariamente inundada, embora que em pequena escala, e por isso constitui uma zona importante na criação de um corredor ecológico, estabelecendo a transição entre o núcleo urbano e a zona rural.

---

<sup>10</sup> Manuela Raposo MAGALHÃES; *A Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*; Editorial Estampa; 2001; pág.350.

### 5.2.3 – Capacidade de uso do solo

O solo é um recurso fundamental para a sustentabilidade de um território, sendo no entanto, alvo dos maiores atentados ao seu equilíbrio, acabando por vezes por ser destruído de forma irreversível. Para além da capacidade de produção de biomassa, que tem influência no balanço térmico da atmosfera, constitui um sistema de filtro e tampão, do qual depende a qualidade e a quantidade de água doce disponível. Sendo considerado um recurso não renovável à escala do Homem, terá que ser encarado de uma forma consciente e equilibrada.



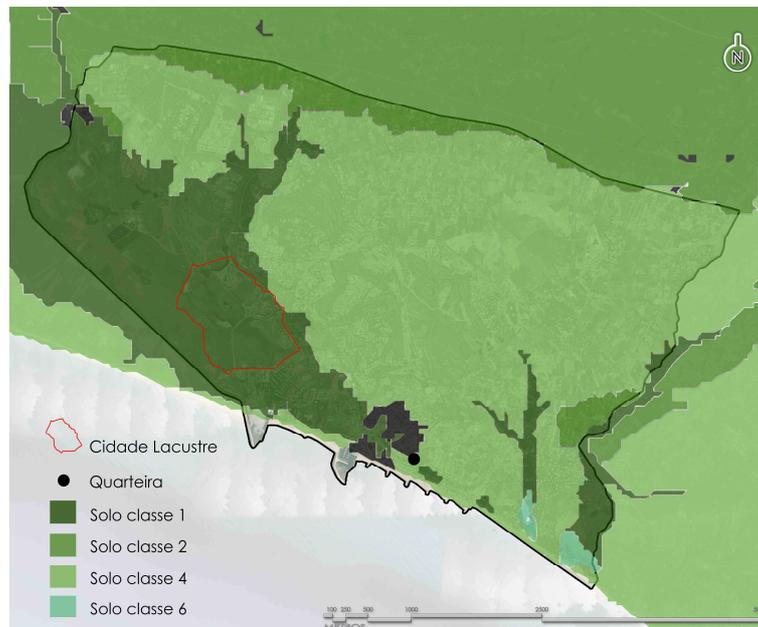
**Figura 7** – Carta de capacidade do Uso do Solo - Algarve (Adaptação de imagem com base em: PROT Algarve)

Por evoluções naturais ou interferências antrópicas o solo não apresenta a mesma qualidade homogénea no território. Centrando o recurso solo ao nível do Algarve, é apresentado na fig. 7, a capacidade do uso do solo, em 6 classes, para o exercício de actividades agrícolas.

De uma forma geral, de acordo com análise e síntese realizada no PROT Algarve<sup>11</sup>, podemos definir a **classe 1** como solos de elevada aptidão agrícola, ou seja extremamente aptos à agricultura intensiva; a **classe 2** constituída por solos de fertilidade boa a mediana; a **classe 3** que apresenta os solos com aptidão agrícola mediana (no caso da serra de Monchique, ou seja, com constrangimentos de ordem topográfica e em área climática específica no contexto regional); a **classe 4** que se caracteriza pelos solos

<sup>11</sup> PROT Algarve, Volume II – Caracterização e Diagnóstico Parte 1, Dezembro 2002, pág.193

de aptidão agrícola baixa, sendo explorados por vinha, pela tradicional produção de frutos secos e por pinhais nas zonas com maiores riscos de erosão; a **classe 5** que compreende solos de aptidão agrícola muito baixa, apresentando severas limitações a um uso produtivo directo, geralmente destinados a aproveitamento florestal; e a **classe 6** constituída por solos salinos.



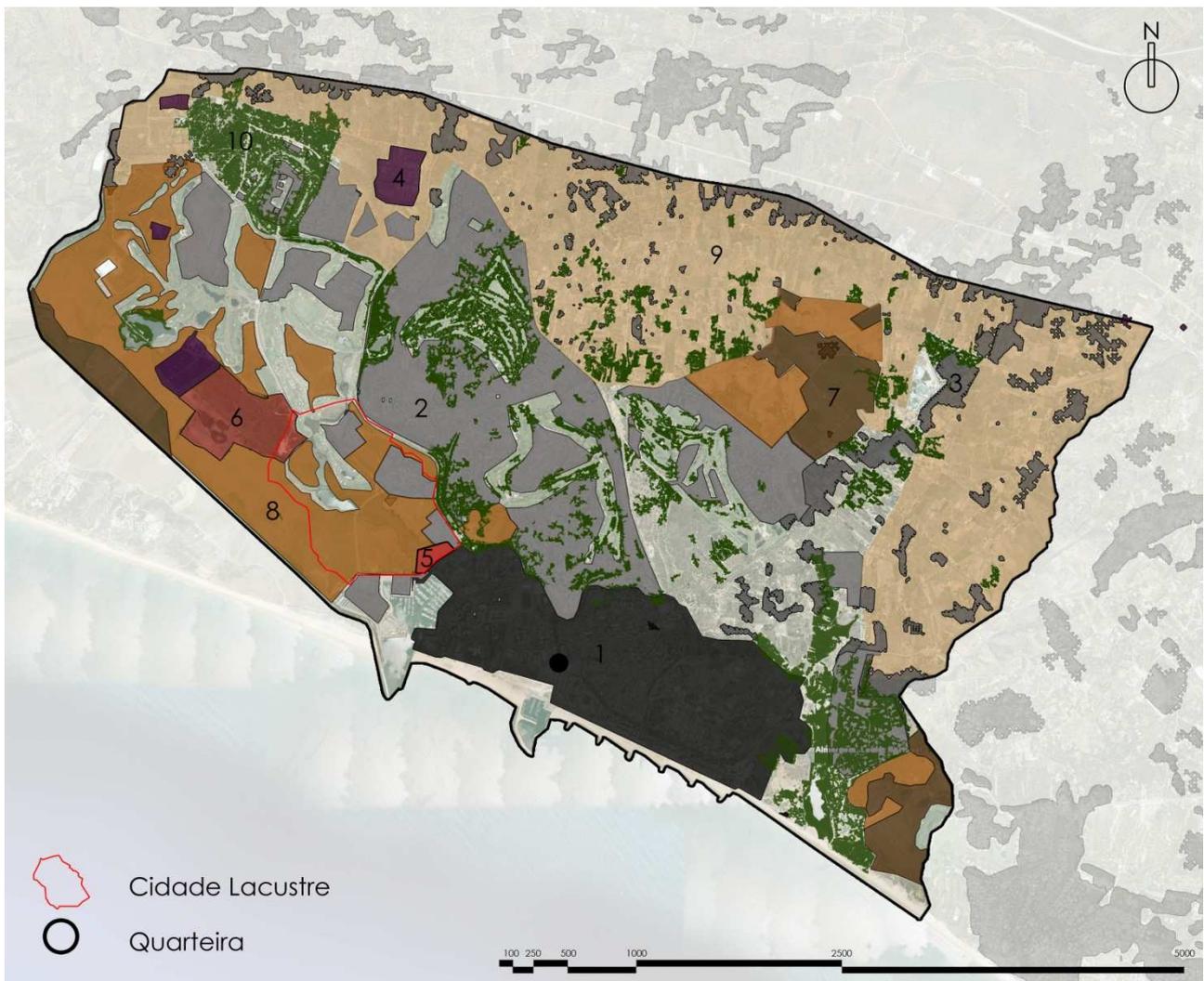
**Figura 8** - Carta de capacidade do Uso do Solo – Vilamoura – Cidade Lacustre (Adaptação de imagem com base em: PROT Algarve)

Observando, num panorama geral, podemos verificar, na fig. 7, que as áreas com solos de maior aptidão para a agricultura não representam uma minoria na região algarvia. Uma das maiores áreas representativas da classe 1 coincide com a nossa área em estudo, estando apresentada com mais pormenor na fig. 8.

Verifica-se que **toda a área** abrangida pela Cidade Lacustre coincide com solos extremamente aptos à agricultura, pelo que a possível execução deste projecto levará à destruição irremediável e irreversível de um recurso fundamental à sobrevivência de um território. A raridade deste tipo de solo na região algarvia vem reforçar ainda mais a importância da sua preservação e, sobretudo, da potencialização deste recurso.

### 5.3 – Sistema de Usos do Solo

Tendo em conta a carta síntese dos usos do solo, podemos observar, na fig. 9, a forte presença que as áreas urbano-turísticas têm nesta zona, a grande área de zonas expectantes, o parque ambiental, as zonas de policultura, zonas de actividade exclusivamente agrícola e manchas significativas de fragmento do pinhal de Vilamoura.



**Figura 9** – Carta de Usos do Solo: 1- Construção consolidada; 2- Turismo; 3- Construção dispersa; 4- Áreas Industriais; 5- Património cultural; 6- Património natural; 7- Actividade agrícola; 8- Zona expectante; 9- Policultura; 10- Fragmento do que resta do pinhal de Vilamoura.

A área em estudo integra-se na freguesia de Quarteira, com cerca de 426 hab/km<sup>2</sup> (contagem em 2001, segundo o PDM de Loulé), sendo a freguesia do concelho de Loulé com maior densidade populacional.

De uma forma geral, distinguiu-se na fig.9 as zonas urbano-turísticas como **construção consolidada**, coincidente com o perímetro urbano de Quarteira; as zonas de construção

destinadas ao **turismo**, tais como hotéis, aldeamentos turísticos, e complexos residenciais destinados à 2ª habitação; as zonas de **construção dispersa**, que está associada à 1ª, e possivelmente à 2ª habitação residencial; o **património cultural**, tendo como único exemplo a Estação arqueológica Cerro da Vila; e as **áreas Industriais e infra-estruturas**, sem grande expressão na área em estudo.

Na **construção consolidada** foram consideradas as zonas edificadas que apresentem um tecido urbano contínuo, como o perímetro urbano da cidade de Quarteira.

Estas zonas caracterizam-se por serem áreas centrais onde ocorrem diversos equipamentos e serviços necessários ao bem-estar da população residente na freguesia de Quarteira, bem como de apoio à população que usufrua do empreendimento turístico de Vilamoura.

Nas áreas **turísticas** foram considerados os hotéis, estalagens, pensões, aldeamentos turísticos e complexos residenciais, maioritariamente de 2ª habitação, fora do perímetro urbano de Quarteira.

Podemos observar na fig.9, a grande dispersão que existe relativamente ao crescimento desordenado dos complexos turísticos que, por vezes, causam degradações em zonas de alta sensibilidade ecológica.

A área do empreendimento turístico em Vilamoura representa, juntamente com Quinta do Lago e Vale do Lobo (freguesia de Almancil), quase a totalidade de áreas turísticas no concelho de Loulé. Para se ter uma noção real desta preponderância a nível do concelho, apresentam-se os seguintes dados<sup>12</sup>.

**Tabela 1-** Números relativos ao impacte, que o turismo de Quarteira apresenta à escala do concelho. Relação de quantidade de camas turísticas com área territorial e população residente existente

	Nº Total Camas Turísticas	População (2001)	Camas turísticas por cada 1000 residentes	Área (km <sup>2</sup> )	Camas/km <sup>2</sup>
<b>Freguesia de Quarteira</b>	<b>15590</b>	<b>16129</b>	<b>967</b>	<b>37,9</b>	<b>411</b>
Concelho Loulé	23124	59160	391	765,1	30

<sup>12</sup> PDM Loulé, Relatório turismo, Estudos de Caracterização e Diagnóstico no Âmbito da Revisão do PDM de Loulé, pág. 65

Através dos dados apresentados na tabela 1, pode-se observar de forma imediata, a relevância que o turismo presente na freguesia de Quarteira, constitui no Concelho de Loulé.

No que diz respeito ao nº total de camas turísticas, a área em estudo representa cerca de 67% (15590 camas turísticas) das camas existentes no concelho. Tendo em conta este número e que cerca de 27% da população louletana reside na freguesia de Quarteira, podemos concluir que existe praticamente uma cama turística por cada residente.

A freguesia de Quarteira caracteriza-se por ser a 3ª freguesia mais pequena, representando uma área de **5%** de todo o concelho. Apesar disto, com o auxílio dos dados acima descritos, conclui-se que existem **411 camas/km<sup>2</sup>**, bem superior à média de 30 camas/km<sup>2</sup> presentes em todo o concelho.

**Tabela 2-** Números relativos ao impacte, que o turismo de Quarteira apresenta à escala do concelho. Relação do número de estabelecimentos hoteleiros e camas não licenciadas entre a freguesia de Quarteira e concelho de Loulé.

	Nº Camas estabelecimentos hoteleiros	Nº Camas não licenciadas
Freguesia de Quarteira	<b>7702</b>	<b>43800</b>
Concelho Loulé	9383	64296

Relativamente ao nº de camas de estabelecimentos hoteleiros (tabela 2), onde foram considerados hotéis (5,4 e 3 estrelas), estalagens e pensões, a área em estudo representa cerca de 82% (7702 camas) das áreas turísticas existentes.

Já no que refere às camas não licenciadas, a freguesia de Quarteira representa cerca de 68,1% (43800 camas) de todas as existentes no concelho.

Paralelamente a estes valores que traduzem uma excessiva litoralização por parte da população, equipamentos e serviços e conseqüentemente a desertificação das freguesias do interior, o turismo apresenta-se como o grande motor económico do concelho e da região. Apesar disso, este tipo de turismo de massas, onde os principais produtos que se vendem são o mar, o sol e o golfe, provoca uma grande sazonalidade, com conseqüências negativas a nível da estabilidade económica, social e cultural.

No que diz respeito à **construção dispersa** foram consideradas todas as zonas edificadas, no exterior do perímetro urbano de Quarteira, que se caracterizam por serem áreas de residência, muitas vezes associadas a terrenos, onde se exploram actividades agrícolas para consumo próprio e pequeno comércio.

Segundo a fig. 9, é visível que estas construções se desenvolveram em torno das principais vias desta freguesia.

É de referir que grande parte destas áreas poderão estar associadas a casas não licenciadas, que referimos anteriormente, tendo utilizações de uso sazonal, principalmente no Verão.

O **património cultural** (figura 10 e 11) identificado nesta zona é a estação arqueológica do Cerro da Vila, que se encontra abrangido pelo limite do projecto da Cidade Lacustre.

Esta zona caracteriza-se por ter pertencido ao território de Ossonoba (antiga designação para a cidade de Faro), onde os

vestígios apontam para a ocupação de uma vila romana no século I d.C. Esta localização revela-nos o reconhecimento dos romanos pelos recursos marítimos, apoiado pela existência de um porto e pelo proveito que retiravam do solo fértil existente na várzea da ribeira de Quarteira.

O Cerro da Vila representa assim um grande valor histórico e arqueológico, revelando-nos a importância desta zona enquanto elemento de sobrevivência, principalmente no que respeita ao correcto aproveitamento dos recursos disponíveis, de solo, água e clima.



**Figura 10** – Ilustração do Cerro da Vila séc. I d.c., (José Cavaco)



**Figura 11** – Fotografia das actuais ruínas romanas (Guia da Cidade de Faro)

Estes vestígios constituem um verdadeiro testemunho para o conhecimento sobre a importância desta zona. Para uma maior conservação e aprofundamento da investigação associada a estes vestígios, foi criado um Museu onde está patente uma exposição monográfica, uma organização de visitas às ruínas e disponibilização de toda a informação existente sobre o local.

Esta estação arqueológica foi também classificada como Imóvel de Interesse Público, e considera-se um centro cultural de grande relevância na região algarvia.

As **áreas Industriais** e **infra-estruturas** não ocorrem de uma forma constante nesta zona, sendo de realçar a zona industrial de Vilamoura com cerca de 16 hectares, localizada a noroeste da zona em estudo.

É de referir ainda a localização da ETAR de Vilamoura, construída nos finais dos anos 80, junto ao Parque Ambiental de Vilamoura, com cerca de 14 hectares.

Ainda na fig. 9 foram distinguidas elementos como o parque ambiental, áreas com actividade agrícola, policultura, expectantes e fragmentos do pinhal de Vilamoura.

O **Parque Ambiental de Vilamoura** (fig. 12) é uma área protegida, com cerca de 200ha, estando integrada em zonas abrangidas pela Reserva Agrícola Nacional e pela Reserva Ecológica Nacional. Foi reconhecido internacionalmente pela sua importância para a avifauna, tendo sido classificado pelo Bird Life Internacional (representado em Portugal pela SPEA) como Área Importante para as Aves (IBA - Important Bird Area).

Sendo uma área protegida privada (propriedade da empresa Lusort), a delimitação desta área protegida visa a protecção e valorização de valores naturais reconhecidos, tais



**Figura 12** – Fotografia da mancha de caniçal (PAV – Lusort)

como a fauna e flora existente. O objectivo da criação deste parque ambiental surgiu da necessidade, por parte da Lusort, de garantir uma área que acautelasse as medidas compensatórias, devido ao impacte ecológico que este empreendimento turístico tem causado nas últimas décadas.

Apresenta uma grande área ocupada por caniçal e zonas alagadas que abriga várias espécies de aves especialmente durante as migrações. É caracterizado por ser uma das maiores e mais importantes manchas contínuas deste habitat a Sul de Portugal,

As zonas de **policultura** estão directamente associadas às construções dispersas, anteriormente identificadas. Foram distinguidas as zonas que apresentem diversas parcelas de agricultura e pomar a pequena escala destinado a consumo e pequeno comércio.

As manchas de **pinhal** representadas na fig. 9, surgem de forma fragmentada devido às construções dos campos de golfe, hotéis e aldeamentos turísticos, que constituem este empreendimento. Toda esta área que era povoada por pinhal, maioritariamente de *Pinus pinea*, foi gradualmente destruída pelo crescimento urbanístico acelerado.

Foram ainda identificadas zonas predominantemente **agrícolas**, localizadas no leito de cheia da rib<sup>a</sup> de Quarteira, Rib<sup>a</sup> da Vala Real da Fonte Santa e a Rib<sup>a</sup> de Carcavai, onde se tira partido da elevada fertilidade destes solos, não constituindo, contudo, grande expressão na zona de intervenção.

Foram representados também as **zonas expectantes** mais significativas a esta escala, que servem por vezes para abarcar entulhos que provêm das construções dos aldeamentos turísticos. É de realçar a importância destes espaços, com vista à consolidação do tecido urbano, caso apresentem, aptidão para construção. São espaços que evidenciam a grande dispersão existente, das construções turísticas.

Há que repensar as localizações de futuras construções, pois considera-se fundamental elaborar primeiramente, a consolidação da malha urbana de forma equilibrada, para que se evite a criação destes espaços “de ninguém”, que acabam também por denegrir a imagem do empreendimento turístico.

## Equipamentos e Serviços

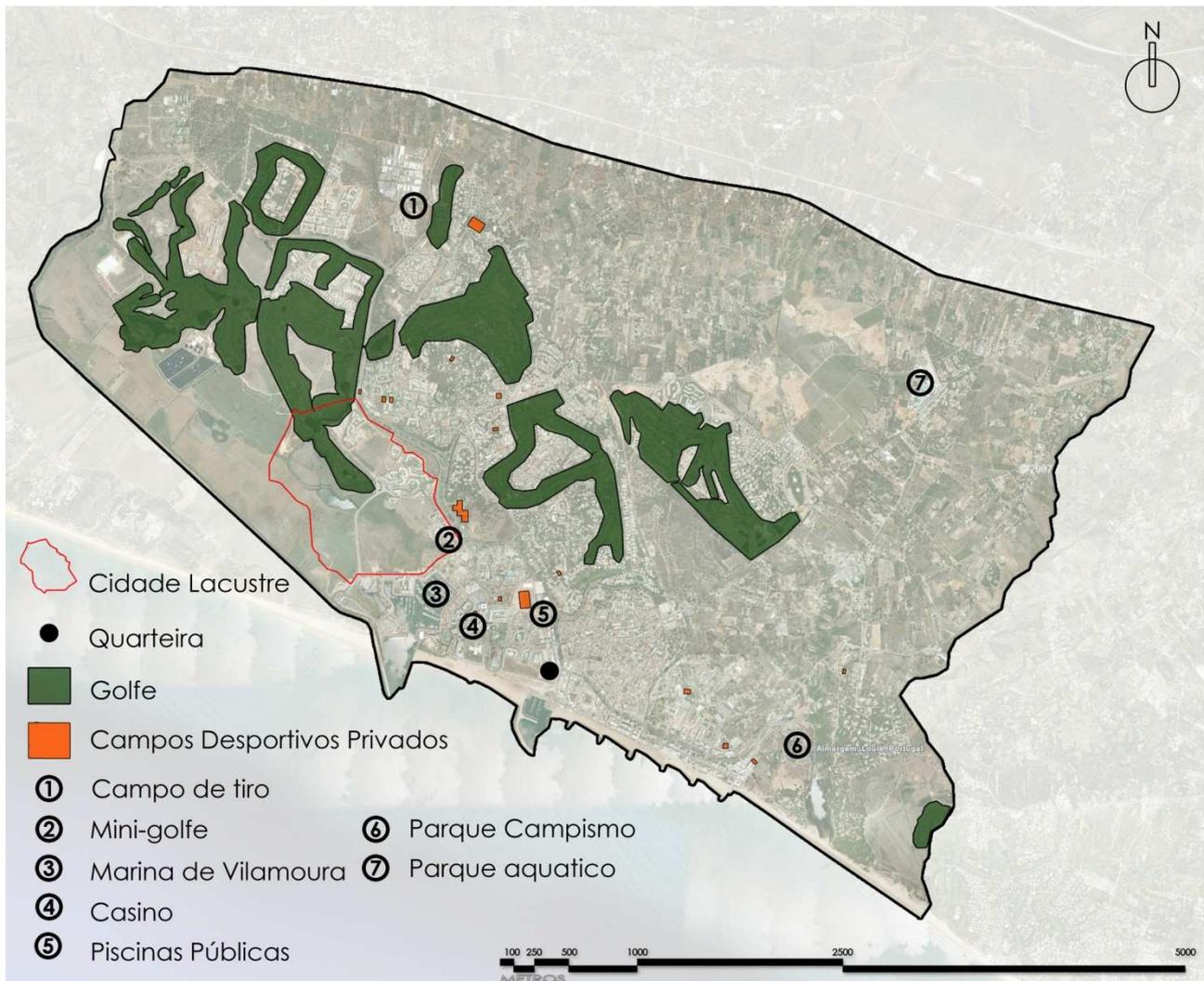


Figura 13 – Planta síntese dos equipamentos e serviços

De todos os equipamentos e serviços identificados na fig. 13, são os **campos de golfe** (figura 14) que mais relevância apresentam, como dinamizador económico do empreendimento turístico de Vilamoura. Actualmente existem cinco campos de golfe presentes na área em estudo, funcionando como imagem de marca de Vilamoura, que dura há cerca de 30 anos.

No entanto é de ressaltar o impacto negativo que este tipo de equipamento pode apresentar ao nível da diminuição da biodiversidade e da destruição dos recursos hídricos. Visto localizar-se sobre o aquífero de Quarteira, existe o potencial risco de causarem a sua poluição, através dos fertilizantes e pesticidas e de contribuírem para o esgotamento do mesmo, pela elevada extracção de água para a manutenção dos campos de golfe. Alguns dos campos de Golfe, como o Oceânico Victoria Course e o

Oceânico Millennium Course, pela grande exposição que apresentam, sem qualquer tipo de vegetação arbórea, contribuem de forma negativa para a diversidade e valorização da paisagem em que se inserem, bem como para a recarga dos aquíferos.



**Figura 14** – Fotografia – Campo de Golfe (Lusort)

A **marina** de Vilamoura (figura 15) é um dos principais pólos de atracção desta zona, concentrando-se na sua envolvente uma vasta gama de serviços de restauração. Tem capacidade para 1000 postos de amarração e é considerada uma referência no panorama da náutica de recreio nacional e internacional, tornando-se desta forma a maior e mais importante marina do país.

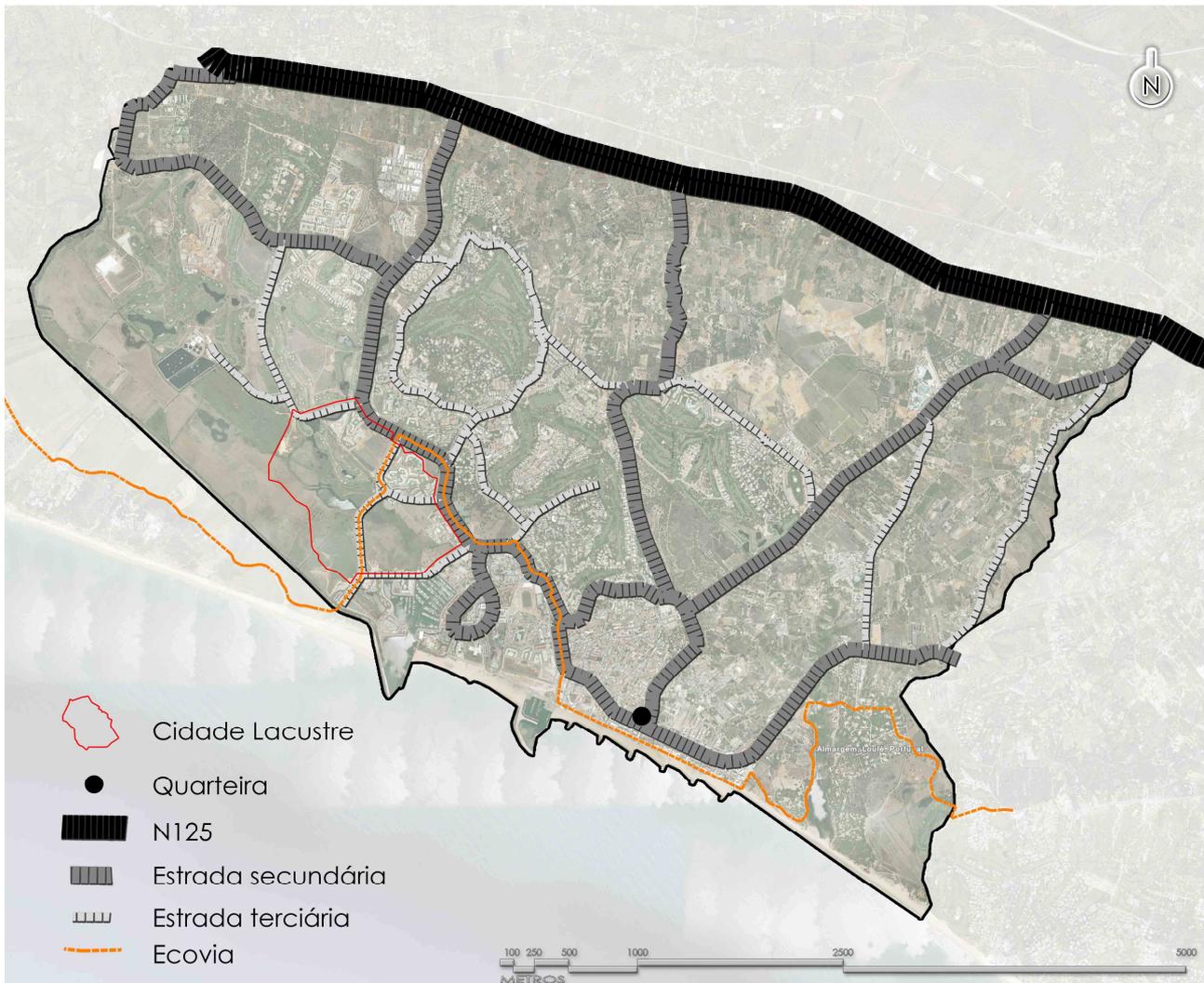


**Figura 15** – Fotografia da Marina de Vilamoura (Lusort)

De referir que todos os **campos desportivos** existentes são privados, em que a maioria são propriedade de hotéis.

O único **parque de campismo** existente no concelho de Loulé situa-se na área em estudo com capacidade para cerca de 2350 pessoas.

## Vias de Comunicação



**Figura 16** – Carta síntese das principais vias de comunicação

A área em estudo é delimitada pela estrada N125 que funciona como meio de comunicação entre as cidades litorais da região.

As vias assinaladas como estradas secundárias representam as ligações directas entre Quarteira, o empreendimento de Vilamoura e a N125.

As estradas terciárias referem-se às vias de ligações aos aldeamentos turísticos, e a outros equipamentos e serviços.

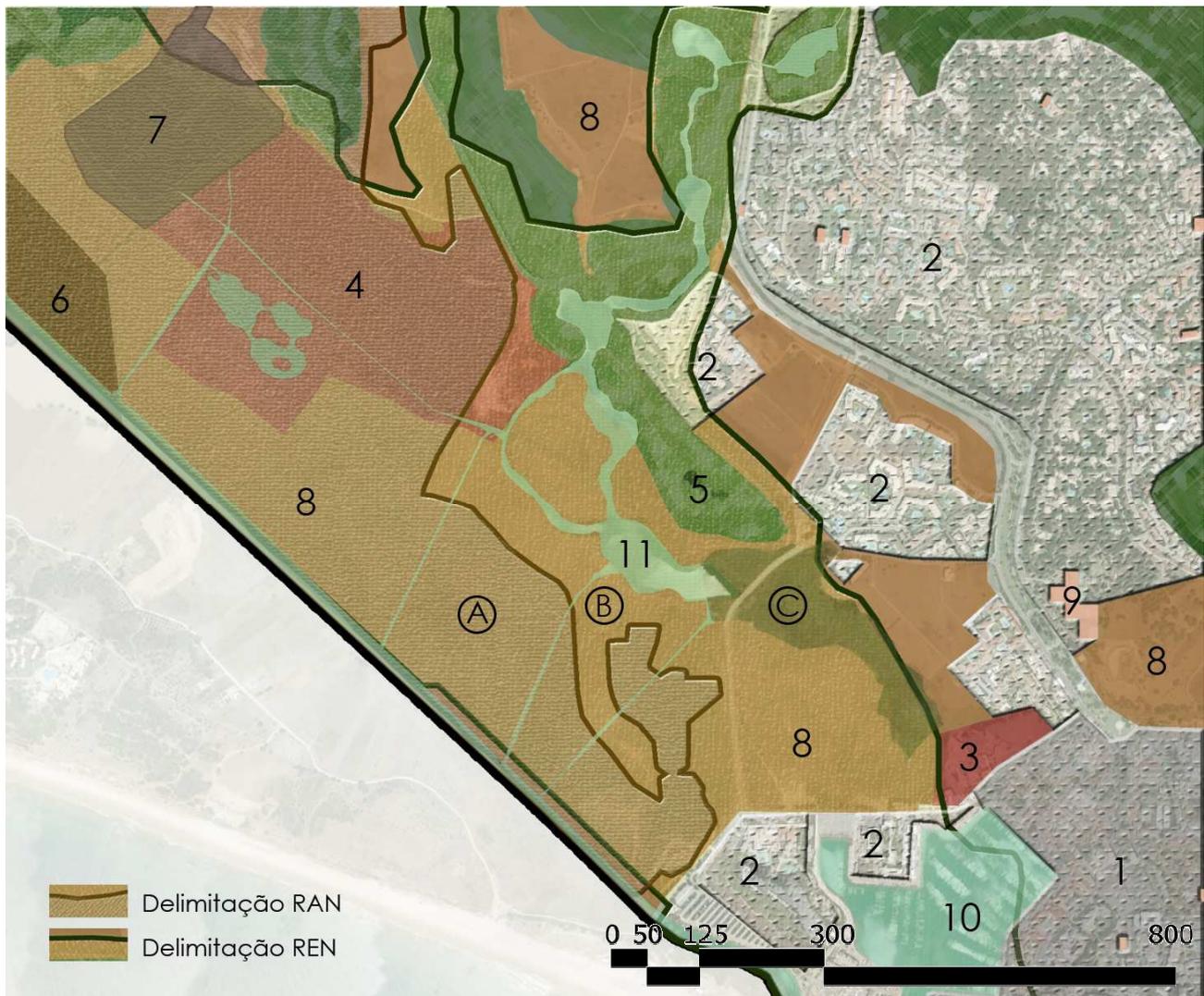
Foi ainda identificada a Ecovia que atravessa o espaço de intervenção e que se integra na Rede Europeia de Vias Verdes. Encontra-se numa fase de construção e que visa a ligação de toda a zona litoral algarvia. O projecto da Ecovia do Algarve surge "no quadro do modelo de desenvolvimento que se deseja para a região do Algarve, aliado aos crescentes níveis de exigência ambiental, social e cultural por parte das populações, residente e visitante, [do qual] emerge uma procura de novas soluções de mobilidade

*que contribuam para a adopção de um modelo regional mais sustentável”* (AMAL/CCDRA, 2006).

A zona de intervenção da Cidade Lacustre é atravessada pela Ecovia e delimitada por uma via secundária que constitui a principal ligação entre Vilamoura e Quarteira, sendo desta forma uma zona com acessos de tipologias diversificadas.

#### 5.4 – Síntese da análise adaptada à escala Local

Para uma melhor compreensão do espaço a intervir, optou-se por sintetizar a análise efectuada à escala do local (figura 17), identificando-se pré-existências, limites de restrição e funções presentes, que serão fundamentais para um melhor entendimento dos capítulos seguintes, como a análise crítica ao projecto da Cidade Lacustre e a proposta ao nível de estudo prévio.



**Figura 17** – Carta de síntese da análise com identificação de novos valores e condicionantes, adaptada à escala local: A- Antigas casas agrícolas; B- Antigo pomar fragmentado; C- Zona temporariamente inundável; 1- Zona de edificação consolidada de tipologia de comércio; 2- Zonas fragmentadas de edificação de tipologia turística; 3- Cerro da vila, Centro arqueológico; 4- Parque ambiental de Vilamoura; 5- Oceânico Laguna Golf Course; 6- Actividade agrícola; 7- ETAR; 8- Zonas expectantes; 9- Campos desportivos privados; 10- Marina de Vilamoura; 11- Lago permanente

Da síntese e aproximação realizada à escala local, foram identificadas as pré-existências, cuja compreensão é fundamental para o correcto desenvolvimento do projecto, e os

limites de zonas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, determinantes ao nível da posterior definição de usos e funções adequados, que permitam potenciar correctamente as características desta zona.

Foram identificados antigas casas ligadas às actividades agrícolas, que se encontram deterioradas em consequência do abandono da agricultura nesta zona. Foi ainda identificado, ao nível do sistema de vegetação, a presença de um antigo pomar fragmentado, cuja tipologia se associa à zona agrícola e produtiva do espaço que se insere, podendo tornar-se importante para a fase de projecto.



**Figura 18** – Fotografia do espaço de intervenção – Casas agrícolas

Ao nível do sistema hídrico, além das ribeiras e canais identificados, já acima falados, destaca-se como elemento fundamental para a composição deste espaço a presença do lago permanente, pela sua dimensão e pela sua importância a nível cénico e ecológico. Outro elemento pré-existente que foi considerado interessante, foi a zona temporariamente inundada que pelas suas características naturais considerou-se que poderá vir a ser um elemento preponderante no equilíbrio do sistema hídrico e elemento gerador de continuidade e transição entre zona urbana e zona rural, apresentando diversidade de flora e fauna.



**Figura 19** - Fotografia do espaço de intervenção – Canais e Lago permanente

Para além da presença já anteriormente identificada das zonas edificadas, infra-estruturas, equipamentos, património natural (P.A.V.) e cultural (Cerro da Vila) é de realçar a pouca expressão de zonas de agricultura activas e a grande escala de zonas expectantes existentes, por vezes fragmentada pelas zonas de edificação turística e Golfe que se impõem nesta zona, com a aparente inexistência de um sentido integrador e continuidade da malha urbana.

O espaço de intervenção localiza-se numa zona maioritariamente expectante, mas com potencialidade agrícola, estando integrada na zona de RAN.



**Figura 20** - Fotografia do espaço de intervenção – Zona temporariamente inundada e zona expectante

## 6 - Projecto da Cidade Lacustre em Vilamoura

O projecto da Cidade Lacustre (figura 21) localiza-se na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, região do Algarve, entre o actual núcleo urbano de Vilamoura e a ribeira de Quarteira, a norte da Marina de Vilamoura.

Este projecto, encontra-se integrado na 2ª Fase do Plano de Urbanização de Vilamoura, aprovada pelo Resolução do Conselho de Ministros nº 52/99 de 11-06-1999. Assenta na filosofia do projecto que surgiu no início da década de 60, da autoria do empresário Cupertino de Miranda, com a construção de mais de 3000 camas, num aldeamento que conta já com cerca de 10 000 camas, superando assim a vizinha sede de freguesia, a cidade de Quarteira.

O projecto ultrapassa algumas condicionantes legais dos instrumentos de ordenamento, sob o argumento da mais-valia turística, ocupando parte do que resta dos solos férteis do troço final da ribeira de Quarteira, destruindo habitats importantes, reconhecidos internacionalmente, e promovendo ainda o risco do fenómeno da intrusão salina e do aumento da pressão sobre os recursos hídricos inerente a este tipo de turismo de massas. Associado a estes factos irrefutáveis, constata-se ainda que o projecto em análise tende a favorecer exclusivamente o interesse privado, em detrimento do superior interesse público, implicando desta forma a destruição de grande parte do património natural existente, bem como a evolução de uma asfixia social já inerente nesta zona.



le Lacustre em

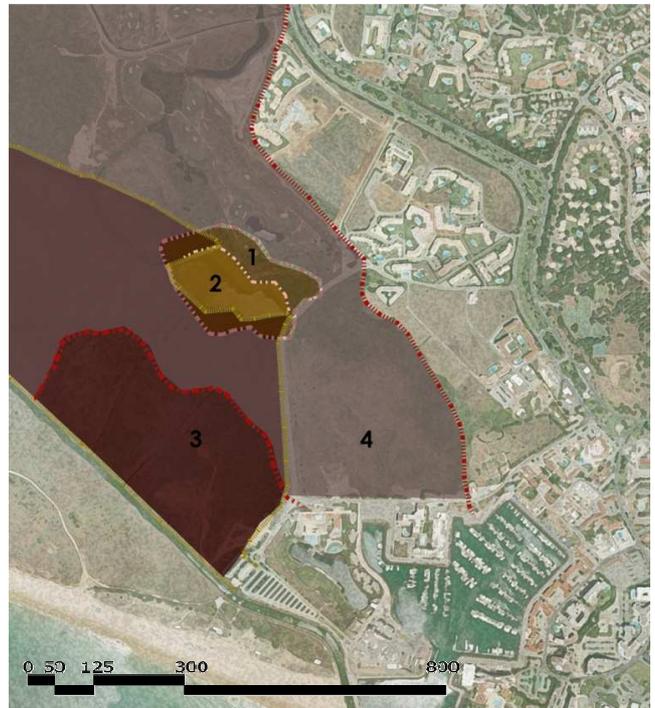
Este projecto, que será financiado pela Lusort e que está a ser desenvolvido pelo atelier de arquitectura Rafael de la Hoz, contempla oito sectores de intervenção como a já referida Cidade Lacustre, a Aldeia Hípica, as Vilas do Pinhal Velho, a Encosta das Oliveiras, o Cerro da Vinha, a Fonte do Ulme, as Colinas do Golfe e os Canais do Golfe.

A área de intervenção onde se inscreve o projecto em análise, está parcialmente abrangida pela Important Bird Area, que corresponde ao caniçal de Vilamoura, delimitada pela Sociedade Portuguesa para o estudo das aves. Toda a restante área está abrangida pela Reserva Agrícola Nacional e pela Reserva Ecológica Nacional (figura 22), onde as ocorrências são a presença de leito de curso de água e zonas ameaçadas pelas cheias, sistema lagunar, zonas húmidas de água doce e aluviossolos modernos.

Esta zona, ainda é abrangida por uma área de recente descoberta arqueológica e pela zona de protecção do Cerro da Vila, que possui estatuto de Património de Interesse Público pelo decreto 129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977.

Neste momento o projecto encontra-se em fase de estudo prévio, tendo sido alvo de Estudo de Impacte Ambiental, e posteriormente de Avaliação de Impacte Ambiental, apenas no que diz respeito à avaliação da criação e modificação dos lagos e canais previstos no projecto. Envolvidos pelos lagos e canais, estão previstos cerca de 31,6ha de área edificada composta por zonas turísticas, comerciais e residenciais, que não foram alvo de processo de avaliação de impacte ambiental, ou seja, não foram previstos e acautelados os impactes e as consequências negativas ou positivas desta construção, apesar de todas as suas condicionantes.

A proposta é caracterizada pela construção de um grande empreendimento turístico com 316.000m<sup>2</sup> de área edificável, bem como da construção de 3 lagos e canais na envolvente das zonas edificadas.



de protecção às lagoas,  
loce, **3**, Leitos de cursos  
as pelas cheias, **4**,

A criação dos lagos surge do alagamento de cerca de 21 ha, que se ligarão entre si por canais, com o objectivo de tornar toda esta área navegável. Os objectivos dos lagos são as de suporte a actividades lúdicas, na medida em que os lagos previstos são navegáveis e permitem o estacionamento de embarcações de recreio.

Dada a complexidade e para uma maior facilidade de caracterização do projecto, achou-se fundamental apresentar a análise de cada sector separadamente, não significando que a análise seja elaborada de forma sectorial. Pelo contrário, será determinante a análise de cada sector, de modo a compreender o projecto no seu todo e todas as interligações entre as diversas partes que o compõem.

### 6.1 - Os Lagos e canais

Os lagos e canais (figura 23) a construir e a modificar foram o único elemento do projecto da Cidade Lacustre, alvo de Estudo de Impacte Ambiental, tendo sido desprezada neste estudo, a forte presença da componente urbanística.

Relativamente à situação actual, pode-se constatar a presença de um lago (Lago 3) e dois canais de ligação (Canal 1 e Canal 2), com uma área total de cerca de 7,2 ha, que vão ser alvo de modificações relativamente à sua forma e ao tipo de água a conter.

Para além da modificação da estrutura e funcionamento do sistema hídrico desta zona, o projecto preconiza ainda, a criação de 3 novos lagos (Lago 1, Lago2 e Lago

Central) com uma área de ocupação de cerca de 21 hectares. Os lagos estarão interligados ao mesmo nível tendo uma profundidade de cerca de 1,8 metros, para permitir a circulação das embarcações e evitar a proliferação de vegetação aquática, situação que poderia ocorrer em profundidades inferiores. Terão as margens impermeáveis, constituídas por enrocamentos argamassados ou muros verticais de betão



m localização dos Lagos

e capacidade para um total de 300 amarrações para embarcações de recreio (160 amarrações no lago principal e 140 distribuídas pelos restantes lagos).

O projecto ainda prevê algumas construções tais como a criação de um dique que se irá localizar entre a ribeira de Quarteira e a futura área urbana, a construção de uma ponte levadiça na Avenida Cerro da Vila para permitir a circulação das embarcações até uma zona de transferência que será constituída por guias e fará a transposição das embarcações da marina até aos futuros lagos.

No que diz respeito à manutenção da qualidade da água dos lagos prevê-se a renovação total da mesma a cada 34 dias, através de um sistema de bombagem e a constante monitorização de qualidade através da análise sistemática dos seus parâmetros físico-químicos.

Na proposta apresentada foram consideradas duas soluções relativamente ao tipo de água a utilizar na criação dos lagos, como a água salgada (solução 1) que surgirá aquando da ligação da marina de Vilamoura com as zonas dos lagos, ou a alimentação de água doce (solução 2) através das aflúncias da bacia do Vale Tisnado, do efluente tratado proveniente da ETAR de Vilamoura e de



custre com destaque e propostos.

águas subterrâneas. Caso os lagos passem a ser abastecidos por água salgada, a Rib<sup>a</sup> do Moinho dos Canais, que abastece neste momento o lago existente, será desviada directamente para a ribeira de Quarteira, modificando desta forma o curso natural da ribeira.

Os volumes médios anuais de reposição foram estimados em cerca de 313 000m<sup>3</sup> e 420 000m<sup>3</sup> nas soluções de água salgada e de água doce, respectivamente.

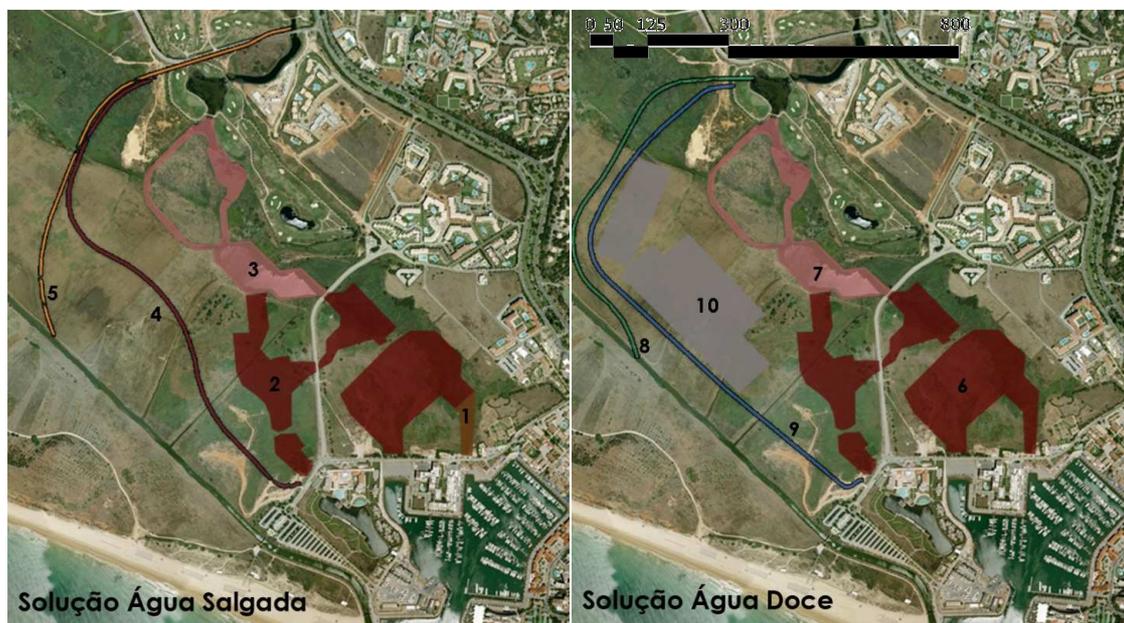
Estas duas soluções implicam diferentes opções de projecto relativamente às cotas dos lagos e das plataformas envolventes, bem como da localização do dique.

No que diz respeito à solução 1, a proposta prevê que os lagos terão o fundo impermeabilizado, enquanto na solução 2, o fundo será parcialmente impermeabilizado de modo a permitir o afluxo de águas subterrâneas.

Em qualquer destas soluções estão consideradas localizações de entrada e de saídas da água que garantam uma circulação e uma renovação da mesma. Ainda assim, no caso da solução com água doce, é necessário um sistema de tratamento da água, constituído por quatro lagoas com plantas aquáticas e ocupando cerca de 17 ha.

Segundo o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) elaborado sobre as lagoas e canais a construir, foi concluído que os impactes resultantes da criação dos mesmos são pouco significativos, sendo que a melhor solução no que diz respeito ao tipo de água, é a solução de água salgada. Contudo, estas zonas de criação dos lagos e canais são abrangidas pelas mesmas condicionantes legais que as áreas que serão ocupadas pelas lagoas de tratamento, relativas à solução de água doce. Curiosamente, foi afirmado pelo EIA, que as lagoas de tratamento teriam impactes negativos significativos ao nível de ordenamento do território, pelo facto de ocuparem zonas de REN e RAN.

Foram apresentadas ainda, duas alternativas relativamente à configuração do Lago Central (figura 25), que se deveu a descobertas arqueológicas e trabalhos realizados em 2007 e 2008, adjacentes ao limite poente do Cerro da Vila. Na **Solução A**, o lago tem a dimensão que foi prevista no Plano de Urbanização de Vilamoura, enquanto na **Solução B** esse lago é reduzido (em cerca de 0,9 ha) podendo a restante área, onde foram encontradas estruturas arqueológicas, vir a ser considerada como “Área de Reserva Arqueológica”.



**Figura 25** – Solução Água salgada. 1, Área arqueológica. 2, Lagos propostos. 3, Lagos existentes. 4, Dique. 5, Desvio da Ribª do Moinho dos Canais. Solução Água Doce. 6, Lagos propostos. 7, Lagos existentes. 8, Desvio da Ribª do Moinho dos Canais. 9, Dique. 10, Lagoas de tratamento

Relativamente aos impactes negativos apreciados no EIA, foi considerado que em qualquer das alternativas haverá uma afectação da vegetação natural e de habitats para a fauna. A afectação de valores arqueológicos, foi considerado no EIA, mais elevado no caso da solução A e minimizado na solução B que reduz a área do lago central e propõe a criação de uma área de Reserva arqueológica, contígua ao Cerro da Vila.

Segundo o EIA, existe um elevado risco de avanço da cunha salina devido a uma potencial sobre-exploração do aquífero Miocénico (mais profundo) no caso da utilização de água doce. No entanto, e apesar de não ter sido afirmado no EIA, a utilização de água salgada aumenta o risco de produção de fenómenos de intrusão salina, com a potencial contaminação do aquífero, o qual poderá afectar a médio prazo a qualidade da água.

De acordo com o EIA, os lagos podem vir a constituir criadores de populações de mosquitos, considerado um factor de incomodidade e de possível transmissão de doenças. Desta forma o projecto prevê a adopção de paredes verticais, em enrocamento ou betão, que contribuirá para a redução de posturas de ovos. Um potencial risco, quase inexistente actualmente (à excepção da zona adjacente ao lago existente), mas que irá evoluir negativamente com a criação de novos lagos.

Como único impacte positivo, declarado pelo EIA sobre este projecto, foram considerados o emprego na fase da exploração e o contributo para o desenvolvimento turístico proporcionado pela 2ª fase do empreendimento de Vilamoura.

Segundo o EIA os impactes na paisagem, de acordo com a situação futura de construção prevista no P.U. de Vilamoura aprovado, foram considerados como positivos, justificando que *“os planos de água constituirão elementos estruturantes, de grande interesse no desenho da Cidade Lacustre, e contribuirão, de forma positiva, para a leitura da nova paisagem urbana”*. Declaração algo subjectiva, possivelmente devido à utilização de um conceito de paisagem bastante inconsistente, visto que confirmaram anteriormente alguns dos impactes negativos na criação dos lagos, que irão modificar drasticamente ou mesmo destruir valores fundamentais para o equilíbrio desta paisagem.

## 6.2 - Componente Urbanística

No que diz respeito à componente urbanística (figura 26) propriamente dita, é caracterizada pela edificação de zonas turísticas (113.500m<sup>2</sup>) num total de 3085 camas, zonas residenciais (188.500m<sup>2</sup>) com cerca de 1885 fogos<sup>13</sup> e de zonas comerciais (14.000m<sup>2</sup>).

É na Cidade Lacustre que se concentra a principal oferta através da criação de empreendimentos como Hotéis, aldeamentos e apartamentos turísticos destinados a pessoas que pretendam adquirir a “clássica” segunda residência.

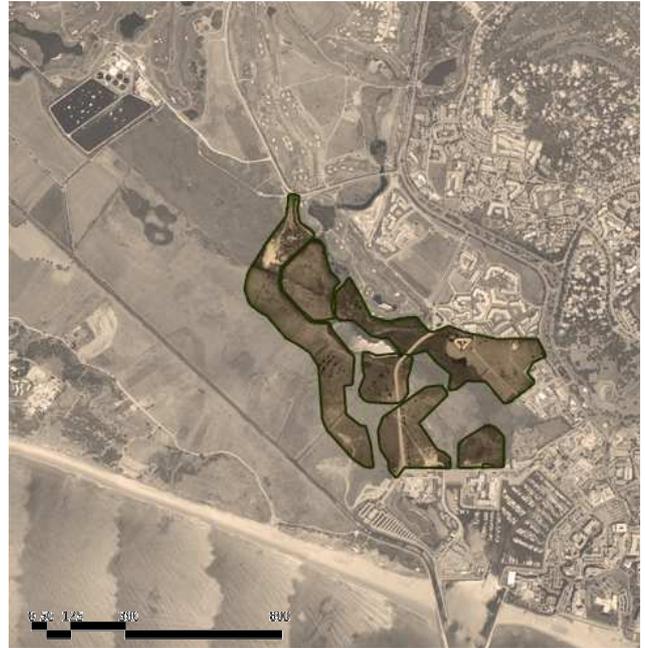
Nas zonas turísticas prevêem-se duas unidades hoteleiras de 5 estrelas, conjunto turístico composto por hotel com 180 quartos e um aldeamento de 109 unidades, aldeamentos turísticos, um deles em forma de ilha no meio dos canais com 282 unidades. Estão previstas duas pontes para interligação e acesso destas zonas sobre os lagos, com cerca de 8km de margens e passeios em contacto com a água.

Relativamente à área residencial é caracterizada por apresentar moradias isoladas, moradias geminadas e em banda duplex com tipologias T1, T2 e T3. As moradias e apartamentos construídos sobre o lago vão ter decks projectados sobre a água, piscinas e 150 postos de amarração afectos às residências ou aos condomínios.

Na grande praça central encontra-se a zona comercial principal interligada com a marina de Vilamoura. São 14.000m<sup>2</sup> de zonas comerciais distribuídas em torno dos lagos (serviços de restauração e compras).

No centro desta zona surge um palco central sobre a água com o intuito de se desenvolver espectáculos e animação de rua.

A zona comercial será dotada de um estacionamento subterrâneo com mais de 500 lugares e de um circuito pedonal que liga a zona comercial e residencial à Marina e à praia.



com localização da

<sup>13</sup> De acordo com o Plano de Urbanização de Vilamoura.

Como já anteriormente foi referido, o projecto da Cidade Lacustre foi alvo de um processo de Avaliação de Impacte Ambiental apenas no que refere ao projecto dos Lagos e canais, não integrando a componente urbanística nesta avaliação, comprovando desta forma, uma visão sectorial relativamente a um projecto que deveria ser avaliado no seu todo, de uma forma holística.

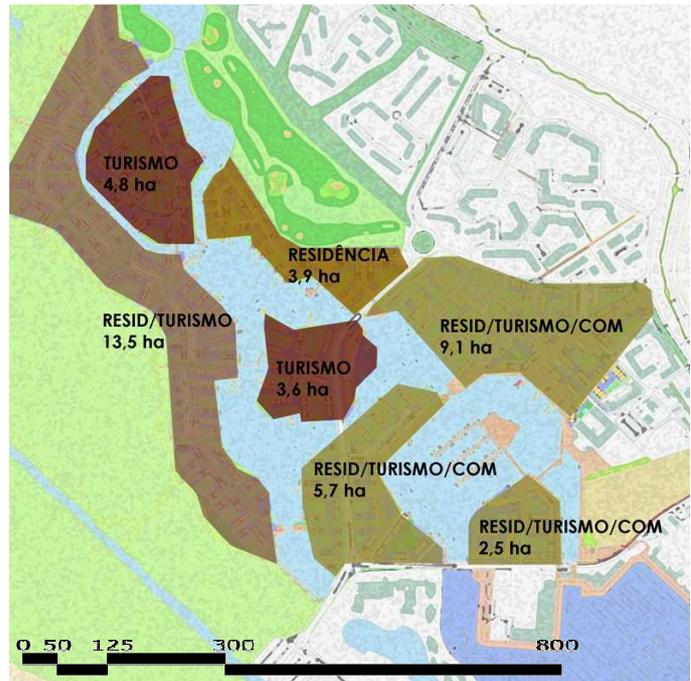
Esta visão holística sobre todas as componentes do projecto, e a avaliação que lhes é exigida conforme decorre da legislação em vigor, foram preteridas pelas entidades com responsabilidade em matéria de AIA.

As mesmas entidades concordaram apenas com a avaliação dos lagos e canais, prescindindo da avaliação dos impactes cumulativos do projecto em estudo, ou seja, excluíram a análise da componente urbanística, e consequentemente todas as inter-relações com as restantes componentes do projecto e impactes negativos e/ou positivas que estão inerentes a este tipo de projecto.

A tipologia de projecto em análise na AIA não foi enquadrada na referência de 'Loteamentos Urbanos', conforme decorreria normalmente da aplicação do regime em vigor<sup>14</sup>, visto a área do projecto ter sido reduzido à componente dos Lagos. Foi assim enquadrada na tipologia de Barragens e outras instalações destinadas a reter a água ou armazená-la de forma permanente.

Desta forma, a não contabilização de todas as componentes do projecto, conduzirá a impactes graves e irreversíveis sobre uma área de elevada sensibilidade, ignorando os efeitos do aumento da pressão humana sobre esta área e que pela reduzida capacidade de carga dos sistemas naturais e recursos hídricos em causa, levará à afectação directa de habitats e da sua integridade.

Para uma maior noção da expressão que a componente urbanística apresenta neste projecto, em relação à área de ocupação apresenta-se a tabela 3.



Mapa com identificação da construção de edifícios

<sup>14</sup> Decreto-Lei nº 197/ 2005 de 8 de Novembro de 2005 (que altera o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, que aprovou o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental),

**Tabela 3-** Relação da área da componente urbanística relativamente à área total do projecto.

Área total do projecto (ha) - 1	Área destinada à Edificação (ha) - 2		Área dos Lagos (ha) - 3
	Componente urbanística	Verde Urbano equipado	
69,6	31,6	9,8	28,2

**Figura 28** – Componente urbanística: 1- Área total do projecto; 2- Área edificada; 3- Área de Lagos. Adaptação do plano geral Lusort

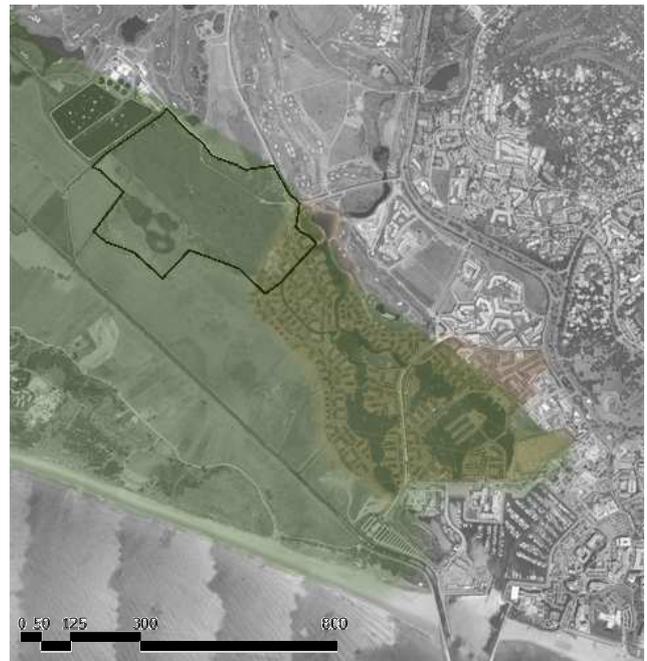
Pelo que se pode verificar através da tabela 3 e da fig.28 a componente urbanística tem uma expressão considerável no que ao projecto diz respeito. Numa área total de 69,6 hectares que é delimitada pelo limite do perímetro de intervenção, a área edificada apresenta uma ocupação de 41,4 ha (cerca de 59,5% da área total do projecto), sendo dividida em componente urbanística de área de 31,6 ha (45,4%) e em zonas de verde urbano equipado com 9,8 de área de ocupação (14,1%). Pode-se constatar ainda, que a área de ocupação da componente urbanística é superior à área dos lagos que ocupam 28,2 ha (40,5%). Tendo em conta que, a esta área urbanizada junta-se o facto de estas zonas implicarem simultaneamente a construção em altura de cerca de 3 a 4 pisos e a criação de um parque subterrâneo com capacidade para 500 lugares, numa zona com as

condicionantes e limitações já supracitadas, considera-se imprescindível a caracterização e avaliação dos impactes deste colossal empreendimento em cruzamentos com as restantes componentes do projecto.

### 6.3 - Parque ambiental de Vilamoura

O Parque Ambiental de Vilamoura é uma área protegida que se encontra integrada no empreendimento de Vilamoura, gerida pela Lusort, ocupando uma área de 200 ha que se encontra abrangida pela Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

Os terrenos do PAV tiveram durante muitos anos utilizações agrícolas, como pomares de sequeiro, o cultivo de hortícolas, cereais ou pastagem. A regressão das actividades agrícolas e simultaneamente o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos em Vilamoura levaram a grandes alterações no sistema hídrico, bem como na utilização e qualidade dos solos. Devido ao abandono destes terrenos e através da pantanização dos mesmos formou-se o caniçal de Vilamoura. A zona do PAV (figura 30) caracteriza-se pela grande extensão da área de caniçal e zonas alagadas. Foram construídos posteriormente dois lagos artificiais que se revelaram importantes para as comunidades de vertebrados locais, especialmente aves e mamíferos. Nesta área e em zonas limítrofes pode-se identificar uma grande riqueza ecológica e paisagística pelos vários habitats como as



co (verde) – adaptação



s destruídas  
Cidade Lacustre

zonas húmidas com valas, lagoas artificiais e caniçal, a vegetação ripícola da ribeira de Quarteira e campos agrícolas.

A criação desta área protegida teve como principal objectivo a protecção e revitalização de valores naturais em termos de fauna e flora, que surgiram como local de medidas compensatórias dos grandes empreendimentos que surgiram nos últimos anos em Vilamoura, financiados pela Lusort.

Este parque destaca-se pelas zonas húmidas de elevado interesse, como o caniçal, que se caracteriza por ser uma das maiores manchas contínuas deste habitat a sul de Portugal, atraindo mais de 100 espécies de aves por ano, devido maioritariamente à migração.

A diversidade de *habitats* presentes no PAV e áreas vizinhas, atribuem-lhe condições únicas para encontro de inumeráveis espécies. Dos mamíferos, assinala-se a presença de Lontra (*Lutra lutra*) e entre os répteis, duas espécies protegidas de cágados (Cágado-comum - *Mauremys leprosa* Cágado-de-carapaça-estriada - *Emys orbicularis*).

Da fauna presente é dado particular realce à avifauna, sendo que o elevado valor das comunidades de aves foi comprovado pela classificação do PAV e dos terrenos envolventes como IBA - *Important Bird Area*, segundo os critérios definidos pela *Birdlife International*.

Relativamente à flora, ao longo do PAV podemos encontrar algumas árvores representativas dos antigos pomares de sequeiro, típicos da região algarvia, como a *Ceratonia siliqua*, a *Olea europaea*, a *Prunus dulcis* e a *Ficus carica*.

Da flora específica das zonas húmidas, evidencia-se o *Phragmites australis*, a tabúia *Typha latifolia* e *Typha angustifolia*, e os *Juncus effusus*.

A vegetação das margens da ribeira de Quarteira é constituída maioritariamente por *Arundo donax*, mas ainda se deparam com algumas manchas da vegetação ripícola típica, com *Populus nigra*, *Fraxinus angustifolia* e *Ulmus procera*.

O parque ambiental foi considerado, desde a sua criação como uma das principais componentes do projecto Vilamoura XXI, sendo desde aí “usado” como um dos elementos de atractividade de Vilamoura. Porém, este espaço de enorme potencial está actualmente votado ao abandono, fruto da actual ausência de gestão, passando a ser utilizado como depósito de várias origens de Vilamoura, desde resíduos de vegetação, inertes e terras, resíduos de construções e demolições.

Segundo a associação Almargem, o parque ambiental: “apresentado então como sendo uma das jóias da coroa do empreendimento, parece não ser hoje mais do que um mero

*acessório de enquadramento à mega urbanização que constitui Vilamoura*". Os objectivos a que se destinou o PAV, nomeadamente na criação de uma zona de compensação de áreas de caniçal ocupadas pelas construções realizadas nos últimos anos, de forma a assegurar a conservação das populações de aves directamente afectadas, não estão a ser garantidos actualmente, e prevê-se claramente que este projecto para além de não garantir a sua estabilidade, vem destruir directa ou indirectamente grande parte dos valores ambientais, quer pela construção em área abrangida pelo parque, quer pela perturbação criada pelo aumento da carga populacional que este tipo de turismo apresenta.

Apesar de já ter sido reconhecido o valor e interesse faunístico do PAV, as ocupações destas zonas, que nem sempre se encontram de acordo com as condicionantes legais, vieram a revelar-se bastante incompatíveis com a pré-existência do PAV, na medida em que o expuseram, de forma gradual, a uma pressão urbanística tremenda, tendo mesmo impulsionado a ocupação desta zona húmida, de que o projecto da Cidade Lacustre é o culminar.

#### 6.4 - Estação Arqueológica – Cerro da Vila

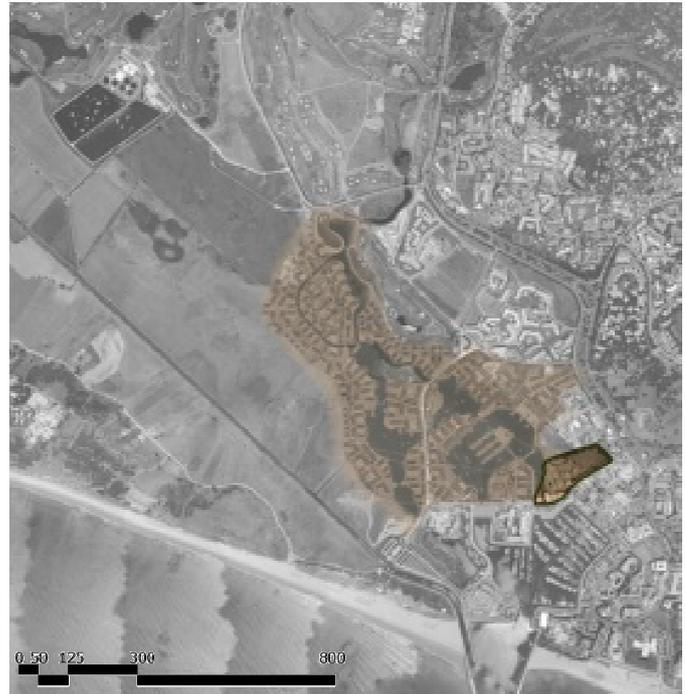
A área em estudo apresenta vestígios de ter sido povoada desde épocas remotas, como são testemunho as descobertas das sepulturas da Idade do Bronze. Porém, foram os romanos, a partir do séc. I d.C., os primeiros habitantes do local hoje denominado Cerro da Vila. Povoamentos de Tardo-Romanos, Visigodos e Árabes também se estabeleceram neste local, marcando diversas épocas com a sua presença, deixando traços inconfundíveis de distintas civilizações.

As ruínas de uma casa nobre, de balneários públicos, de tanques de salga

de peixe ou cetária, das fundações de uma torre funerária e de uma zona portuária são, ainda hoje, o testemunho vivo da forte presença dos romanos na região.

A sua descoberta e a conseqüente criação da Estação Arqueológica do Cerro da Vila (figura 31) constituiu um precioso contributo para o entendimento destas civilizações em Portugal e, em especial, no Algarve, levando a ser classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-lei nº 129/77, de 29 de Setembro.

O valor arqueológico das ruínas e do considerável espólio de peças encontradas e expostas no Museu é de facto incalculável, tornando o Cerro da Vila, em Vilamoura, uma referência indispensável nos mapas e roteiros turísticos de interesse histórico na região algarvia. Dado o interesse arqueológico desta zona foram realizados inúmeros



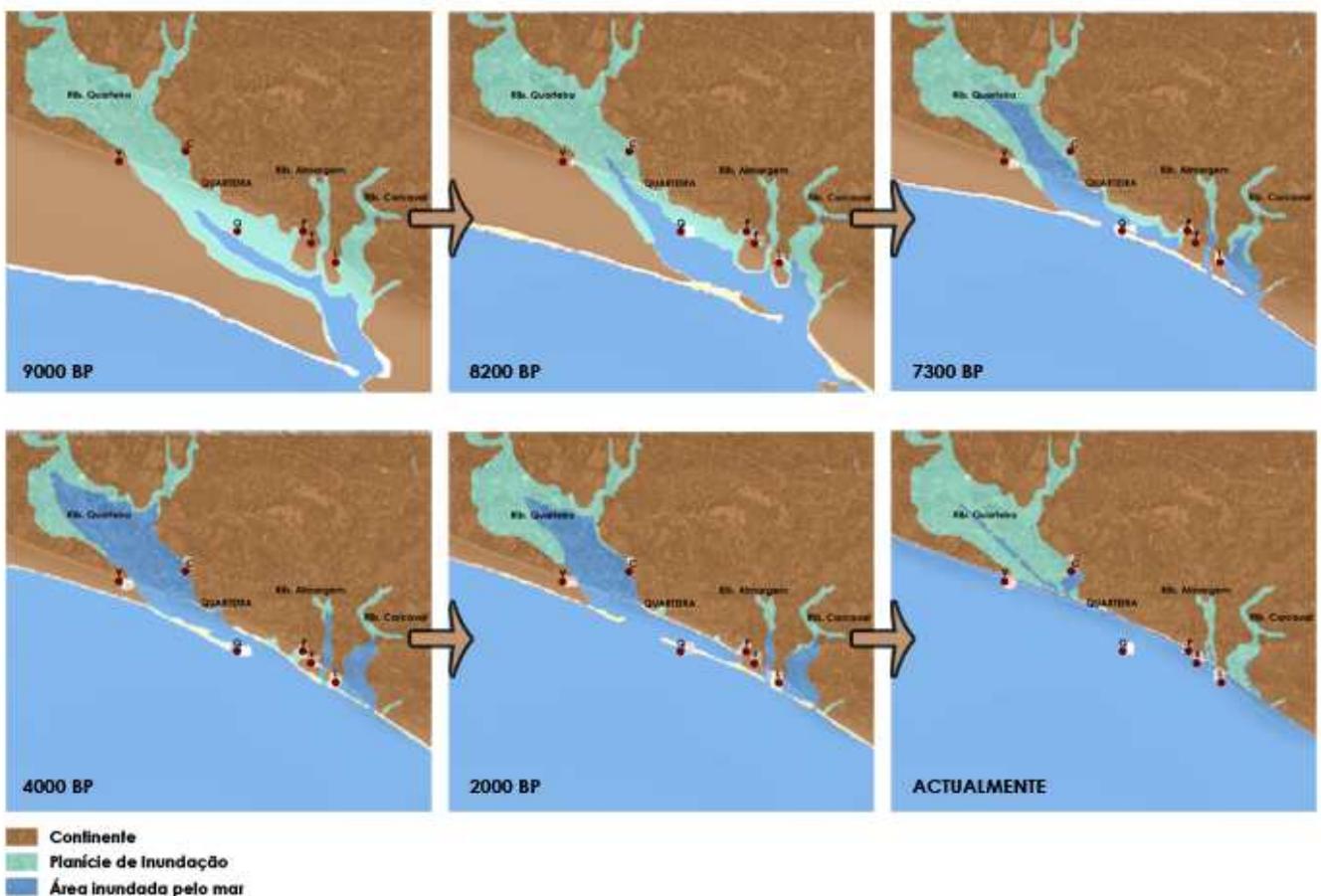
a Vila



osta algarvia (Fonte:

estudos nos últimos anos que permitiram uma recolha significativa de dados que permitem caracterizar o preenchimento sedimentar da planície de inundação da ribeira de Quarteira, a norte e noroeste da marina de Vilamoura onde irá desenvolver-se o projecto de construção e remodelação dos lagos. Foram realizadas, desde os anos 60, várias sondagens geológicas e geotécnicas, não só no âmbito do projecto de urbanização desta zona de Vilamoura, como em projectos das universidades do Algarve, Jena e Frankfurt.

Segundo estudos efectuados pode-se afirmar que o fenómeno de erosão costeira no litoral de Quarteira (figura 33) terá iniciado a partir de 9000 BP<sup>15</sup> o que resultou um recuo da costa no sentido sueste/noroeste.

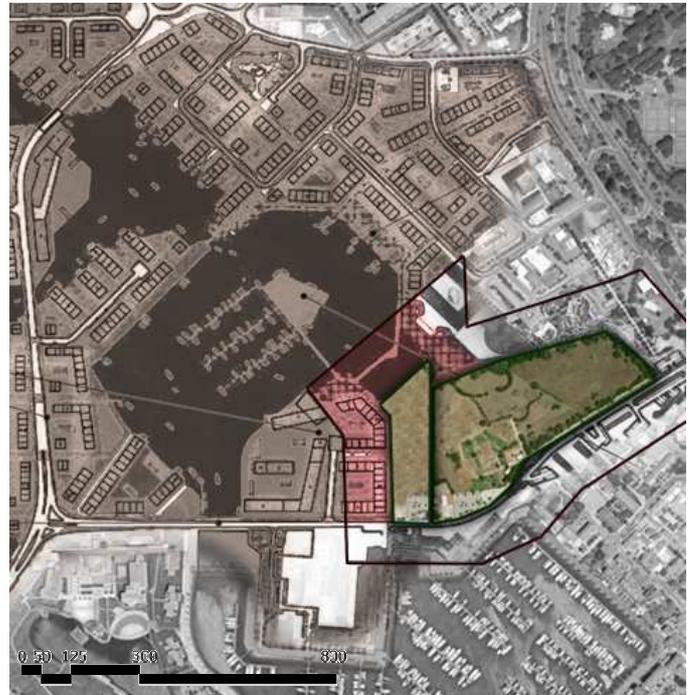


**Figura 33** - Síntese da informação recolhida no litoral de Quarteira. Sítios arqueológicos: Cerro da Vila (C); Forte Novo (F); Loulé-Velho (L); praia do Forte Novo (P); Quarteira submersa (Q); Forte do Valongo (V). A figura 2 (Fonte: TEIXEIRA, 2005)

<sup>15</sup> Um resultado de 9000 B.P. indica que há uma possibilidade de 67%, de a data real se encontrar entre 8900 (9000 menos 100) e 9100 (9000 mais 100) B.P. Duplicando o factor de erro para 8800-9200 B.P. aumenta a ocorrência para 95%, da data se encontrar dentro desta baliza temporal.

A constituição do estuário, que daria início à criação da laguna, posteriormente encerrada (fase actual de planície de inundação), terá tido início em 4000 B.P. e em parte terá sido consequência da forte pressão antrópica que se sentiria na região, já a partir do neolítico com a desflorestação das margens das linhas de água. O desenvolvimento do transporte sedimentar para o interior do estuário, em torno desta data, está atestado nos resultados de recentes investigações paleo-geográficas desenvolvidas em Vilamoura pelas Universidades de Jena e Frankfurt (Hilbich, s/d).

Relativamente ao projecto da Cidade Lacustre previsto para a zona envolvente ao Cerro da Vila (figura 34), crê-se que é de elevada importância salientar o potencial impacto proveniente da inundação nas proximidades da área arqueológica, bem como dos impactes que procederam já da ocupação urbanística na sua envolvente que se agravarão com a construção da nova componente urbanística acautelada no projecto.



construídas directamente  
)

No que diz respeito às soluções, que foram apresentadas pela Lusort, sobre o dimensionamento do Lago Central, a Solução A prevê o alagamento de uma zona (0,9ha) considerada prioritária para conservação e exploração arqueológica, tendo sido sujeito à elaboração de estudos e investigação nesta área. Prevê-se que esta zona seja destinada a área de reserva arqueológica e que possivelmente se integre às Ruínas Romanas do Cerro da Vila.

Visto este património ser considerado Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-lei nº 129/77, de 29 de Setembro, obriga ao respeito de uma zona de protecção, a qual abrange a área envolvente ao imóvel numa faixa de 50m, contados a partir dos seus limites.

Considera-se pertinente realçar o facto de estarmos na presença de condicionantes arqueológicas na envolvente da Estação arqueológica, relativas à existência de património cultural recentemente descoberto. Independentemente disso, terá sido mesmo

assim apresentada uma solução de projecto por parte da Lusort, que coincide com esta zona importante a nível cultural. Desta forma, devido à importância desta descoberta arqueológica, considera-se que esta solução não deveria ter sido encarada enquanto solução válida.

Visto que para esta área está prevista a constituição de uma reserva arqueológica, a Solução A persiste em contrariar a faixa de protecção de 50m estabelecida no nº 1 do artigo 43º do DL 107/01 de 8 de Setembro, como se pode verificar na figura 34, assinalado a vermelho.

De um modo geral, os principais elementos que se sujeitam à destruição parcial ou total, são o desconhecimento dos reais limites da estação arqueológica, as notícias dispersas de localização de troços de aqueduto e/ou canalização para abastecimento de água à villa em pontos exteriores à actual zona de protecção e a certeza da existência de uma zona portuária coeva da ocupação, pela ocorrência de alguns materiais a oeste da zona delimitada.

A construção do lago 4, pela sua implantação de grande proximidade (e sobreposição parcial) com a envolvente dos vestígios conhecidos, inviabilizará, por um lado, o conhecimento dos reais limites da sua mancha de ocupação e, por outro, o conhecimento acerca da importante área portuária que lhe esteve associada.

Existe desta forma, uma forte probabilidade de afectação de eventuais estruturas correspondentes ao prolongamento dos vestígios de ocupação romana e medieval para oeste, ainda ocultas, na zona de interface com a actual planície de inundaçã

## 7 - Estratégia Conceptual

Após a análise e caracterização do espaço de intervenção bem como a análise crítica do projecto da Cidade Lacustre será definida uma estratégia de intervenção de acordo com as condicionantes e potencialidades identificados, que se apresentam no quadro a seguir:

<b>Condicionantes</b>	<b>Potencialidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sazonalidade derivado do Turismo (dependência excessiva do sol e praia);</li> <li>- Continuidade da rápida e extensiva expansão do edificado com consequências negativas para o território;</li> <li>- Polarização da economia na interacção Construção-Imobiliário-Turismo;</li> <li>- Excessiva concentração populacional na faixa litoral;</li> <li>- Degradação de zonas devido à utilização inapropriada pelo Auto-caravanismo;</li> <li>- Abandono do P.A.V. e zonas envolventes expectantes;</li> <li>- Instabilidade ecológica, social e económica provocada pelo tipo de turismo praticado de forma excessiva nesta região</li> <li>- Congestionamento automóvel junto ao acesso da praia da falésia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solo apresenta óptima aptidão para agricultura;</li> <li>- Zona de intervenção integrada em solos de REN e RAN;</li> <li>- Património natural (Parque Ambiental de Vilamoura) e património cultural (Cerro da Vila);</li> <li>- Presença abundante do recurso água (ribeiras e mar) de elevada importância ecológica e ambiental;</li> <li>- Proximidade da Praia e da Ribeira de Quarteira;</li> <li>- Boas acessibilidades;</li> <li>- Presença de várias actividades ligadas ao turismo e comércio;</li> <li>- Presença de pequenas manchas de pomares;</li> <li>- Existência de casas abandonadas de apoio à agricultura.</li> </ul>

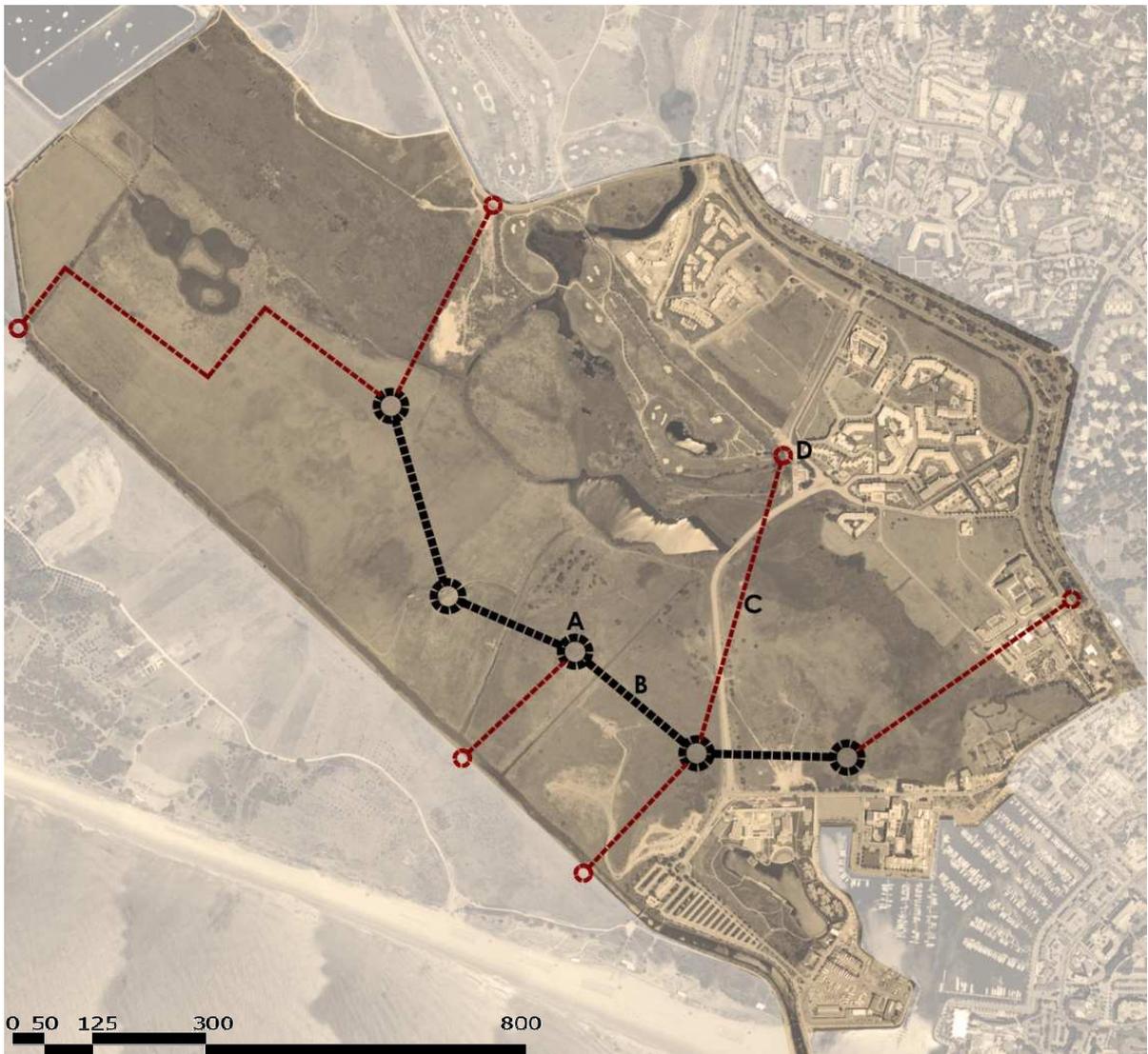
## Objectivos gerais da proposta de intervenção

- Criar um Parque Urbano, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente a nível social, lúdico, ambiental e económico. Optou-se pela tipologia de **Parque Urbano** devido à dimensão deste espaço e às diferentes potencialidades e recursos que o constituem. Este tipo de espaço (Parque Urbano) representa uma enorme carência ao nível dos espaços abertos existentes, não só a nível local como também a nível regional, o que reforçou esta mesma escolha;
- Combater a **falta de sentido de comunidade** que leva sistematicamente ao abandono de zonas importantes ao equilíbrio do território e qualidade de vida da população;
- **Diminuir a sazonalidade** através da criação de actividades distintas, que permitam a utilização do Parque ao longo de todo o ano, complementares às existentes, de forma a **minimizar o desequilíbrio económico e social** sentido nesta zona;
- **Diversificar a oferta turística** e integrar o turismo com outras actividades numa aposta clara de complementaridade e diversidade de oferta;
- Criar um parque que responda a **todo o tipo de classes sociais** (combater o desequilíbrio social presente em Vilamoura, no que respeita às actividades lúdicas e sociais);
- Travar o **avanço descontrolado** da **expansão urbanística**;
- **Consolidar a malha urbana** a partir dos conceitos de Permacultura<sup>16</sup>, surgindo os edifícios propostos através de uma relação de dependência mútua com o parque;
- **Potencializar os recursos e o património** existente (ambiental e cultural), bem como as **actividades** já muito cimentadas na zona de intervenção;
- **Sensibilização ambiental e cultural** através da preservação e valorização do património, funcionando como os pilares centrais da composição do parque;

---

<sup>16</sup> Permacultura deriva da palavra original Permaculture - Permanent Agriculture / Culture (Cultura Permanente), sendo um sistema de planificação e criação de actividades humanos em harmonia com a Natureza.

- Condução da proposta através de um caminho de **sustentabilidade** energética.



**Figura 35- Planta da Estratégia Conceptual:** A- Centros-Chave; B- Fluxos principais; C- Fluxos Secundários; D- Nódulos de Distribuição

O espaço destinado à implantação deste Parque Urbano terá uma importância bastante significativa ao nível dos espaços abertos da cidade e até mesmo da Região, que actualmente não possui nenhum espaço aberto desta dimensão e tipologia. Esta intervenção terá assim um carácter estratégico e estruturante para o desenvolvimento e valorização da cidade de Quarteira.

A identificação dos conceitos, condicionantes e potencialidades deste espaço, associada à definição dos principais objectivos, resulta na definição de uma estratégia de intervenção. O grande conceito de desenvolvimento associado à definição desta estratégia define-se essencialmente pelo respeito e valorização pelo meio e pelos valores

em presença, bem como pela melhoria do funcionamento do Parque (ao nível hidrológico, pedológico, da flora e da fauna), aumentando a biodiversidade e criando simultaneamente condições para a efectiva melhoria do ambiente urbano, natural e cultural e das oportunidades de contacto efectivo da população com a natureza, de forma que este Parque seja reconhecido e identificado enquanto elemento valorizador da cidade e dos seus habitantes.

*“A qualidade do espaço, bem como da sua usufruição, depende basicamente daquela complementaridade, em que a edificação prova o abrigo e o suporte às actividades do espaço interior e o espaço exterior garante a sustentabilidade ecológica, os alimentos e materiais e ainda o recreio em contacto com a natureza que constitui uma das necessidades inatas do Homem.”<sup>17</sup>*

A proposta para este local incide sobre determinados sistemas e elementos pré existentes, a que se associam diferentes formas de apropriação e utilização. A estratégia de intervenção para este Parque, no âmbito dos diferentes elementos e sistemas que o constituem, deverá ter em conta determinados aspectos, fundamentais para a implementação e futuro desenvolvimento sustentável do Parque:

- Partindo das características do lugar, pretende-se criar uma nova imagem desta área da cidade, de modo a melhorar e criar novas relações de tipologias, volumes e espaços.

O desenho associado à definição da estratégia de intervenção, ao nível dos espaços abertos, resulta da criação de uma **rede de percursos** que permitam percorrer todo o espaço num circuito aberto e contínuo, como também ligar e **articular** este espaço com as zonas que lhe são contíguas, tendo para tal em conta os principais usos e funções identificados na envolvente do Parque. Através da definição de uma rede de percursos hierarquizada, consoante a intensidade e importância dos atravessamentos, surge a definição de diversos **centros de atracção e permanência**, a que estarão associados usos e funções distintos, consoante as características do espaço e as principais carências, principalmente ao nível de equipamentos, identificadas na cidade;

- A **água** é um recurso fundamental para a fixação e sobrevivência das populações, sendo muitas vezes desperdiçada em situações não fundamentais à sobrevivência do Homem. A solução para esta zona passará por criar uma solução local para o

---

<sup>17</sup> Manuela Raposo MAGALHÃES; *A Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*; Editorial Estampa; 2001; pág.320.

fornecimento da água, a sua reciclagem e reutilização para várias necessidades do quotidiano, tirando partido, se necessário, da ETAR existente.

Com base na qualidade do **solo** e na disponibilidade de água pretende-se reabilitar as **zonas agrícolas** e as actividades que lhe estão directamente associadas, visando um desenvolvimento económico e social sustentado e equilibrado. Com a presença abundante de água e solo de óptima aptidão agrícola será fundamental tirar partido destes recursos para actividades de **agricultura biológica**, comunitárias/individuais ou com zonas destinadas a incentivos para agricultores da região, que quiserem tornar-se produtores de agricultura biológica. Deverão ser potenciados eventos, como feiras de produtos regionais para abastecimento e trocas de informações;

- Tirando partido das zonas agrícolas e dos recursos presentes, nomeadamente ao nível do sistema da água (lago, canais e zona temporariamente inundada), outra finalidade associada à implantação deste Parque consiste na **criação de trabalho permanente**, potenciando o **sentido de comunidade e a educação** e simultaneamente a preservação dos recursos naturais e as funções sociais e económicas que lhe estão associadas, o que é cada vez mais importante numa zona que já (ou quase) perdeu a sua identidade;

- É fundamental, com vista a **combater a sazonalidade**, que tem implicações negativas ao nível da estabilidade de emprego da população, criar uma **diversificação do turismo para outras modalidades**, além das associadas ao sol, à praia e ao golfe, uma vez que este tipo de turismo cria bastantes postos de trabalho, mas a maioria é sazonal.

Pretende-se reforçar a divulgação do **património natural e cultural** e consciencializar a população local e os serviços da necessidade de maior cautela na preservação dos valores existentes e/ou a criar.

A criação de redes de complementaridades associadas ao turismo, tirando partido de outras actividades ligadas à natureza, à agricultura (produtos locais para a gastronomia e produção e transformação de produtos tradicionais de qualidade), à restauração, à criação de eventos desportivos e culturais e a outras actividades recreativas de apoio é fundamental para atenuar a sazonalidade e a excessiva dependência do sol e da praia, alargando as opções da população e contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento económico da Região.

Relativamente ao **Auto-caravanismo**, constatou-se a necessidade de serem equacionados locais para a instalação de Áreas de Serviço para auto-caravanas, de

modo a responder à grande procura de que este espaço é alvo e para evitar os locais de estacionamento informal que não têm condições e são contrários a um adequado ordenamento do território. De uma maneira geral, esta actividade gera movimento mas não saturação nem congestionamentos, porque a afluência de auto-caravanas é em quantidade menor e distribuída ao longo do tempo. Nesse sentido, este espaço pode receber este tipo de turismo o ano inteiro, podendo também esta modalidade turística ser muito importante para atenuar a sazonalidade.

- A **transição urbano-rural** é evidente e pretende-se potenciar, tanto ao nível do tipo de funções preconizadas, como do solo e da sua permeabilidade e também dos materiais inertes e vegetais, que pela sua formalização também contribuem para acentuar esta mesma transição de forma contínua e integrada;

Segundo Ribeiro Telles “ O espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana” e “para isso há que restabelecer o continuum naturale no espaço urbano e rural, como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A Paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das actividades, nomeadamente da expansão urbana, tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente.”<sup>18</sup>

- É um dos objectivos desta proposta a criação de alternativas energéticas não poluentes e renováveis para consumo do próprio parque. Pretende-se encontrar uma medida de utilização da **energia** produzida pelos próprios utilizadores do Parque na sua deslocação ao longo do mesmo, e seu aproveitamento para gastos diários de manutenção, ao nível dos equipamentos e das diversas actividades preconizadas. A **sustentabilidade energética** será ainda evidenciada pela proposta de painéis solares em todas as edificações propostas, levando desta forma a que o Parque se possa tornar auto-suficiente, ou, pelo menos, reduzindo os gastos tidos a nível energético, quer para iluminação, quer para manutenção dos diversos equipamentos e actividades de carácter público e utilização colectiva, localizados no âmbito da implementação deste Parque Urbano;

<sup>18</sup> Manuela Raposo MAGALHÃES; A *Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*; Editorial Estampa; 2001; pág.319, 320.

- Será criado um **centro de educação**, de modo a contribuir para a formação de pessoas nas áreas de agricultura biológica, educação ambiental, arqueologia (podendo a formação estar relacionada com a história do local e sua exploração) e cursos ligados a actividades náuticas. Este centro funcionará numa ligação de dependência mútua com o parque, “servindo-se” dele como importante apoio prático para as formações leccionadas, como objecto de estudo, enquanto o parque tirará partido deste centro para a sua evolução, que se quer mais que conservadora. Juntamente com estas formações haverá neste pólo de conhecimento, laboratórios destinados à investigação de novas técnicas e soluções cada vez mais sustentáveis, que dinamizarão o parque e as zonas habitacionais destinadas para o desenvolvimento desses estudos.

Serão também implementadas acções e **estratégias de sensibilização e promoção** da conservação da natureza e da biodiversidade, na perspectiva da sua recuperação efectiva e da sua divulgação pela população;

- Os **elementos construídos** propostos deverão ser feitos com base na análise da paisagem urbana da cidade de Quarteira, rematando, unindo, melhorando e criando novas relações entre os diversos volumes e espaços existentes e propostos. Assume-se assim uma linguagem única ao longo do Parque, mas integrada na verdadeira realidade urbana e cultural do espaço em que se insere.

As construções serão feitas com base em materiais da região e serão preconizadas segundo conceitos de sustentabilidade ao nível de gastos de energia, água e produção de resíduos provenientes das construções e do quotidiano. A sua arquitectura será pensada segundo as energias naturais e renováveis para o aquecimento e refrigeração da habitação.

Será ainda tida em conta a necessidade de efectuar as construções através da relação com o espaço exterior (horta) e dentro dos conceitos que servirão de base à composição do parque. Estes edifícios estarão associados a funções de habitação permanente, turismo de habitação e para estudos de novas técnicas e soluções inovadoras;

- Ao nível da **circulação** será proibida a circulação automóvel, salvo veículos de emergência e veículos de abastecimento, sendo contemplada uma área livre de obstáculos para esse efeito. Deverão ser criadas zonas de **estacionamento** organizadas nas extremidades do parque e a partir destas zonas a circulação será feita

pedonalmente, ou através de veículos não motorizados, como bicicletas e veículos eléctricos individuais e/ou colectivos.

## 8 – Projecto

Tendo como base a análise efectuada, assim como a estratégia conceptual adoptada, surge o desenho de projecto, que tem como principal linha orientadora o respeito e valorização pelo espaço em que se insere e pelas suas pré-existências, designadamente ao nível dos recursos solo e água, a que se associa uma proposta de intervenção adequada e coerente, de modo a contribuir para a melhoria funcional e vivencial do todo que é este espaço de intervenção e conferindo-lhe simultaneamente identidade e singularidade.

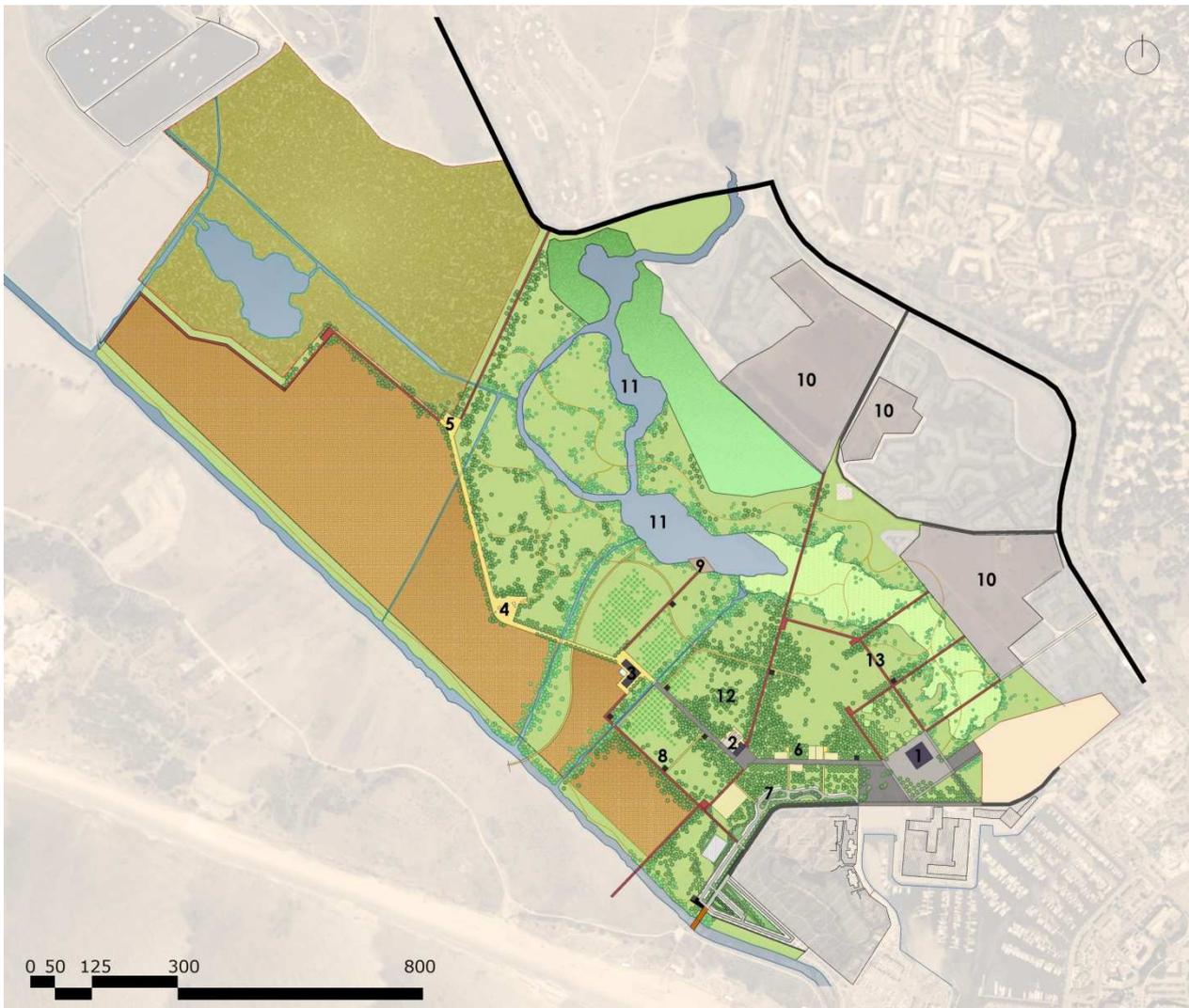
O espaço estrutura-se e organiza-se a partir da diferenciação e prolongamento entre uma área de características urbanas, muito associada às actividades turísticas já tão específicas deste local, e uma área marcadamente distinta da envolvente, que se pretende preservar e potenciar, de características rurais, onde o silêncio e horizontalidade da paisagem agrícola vão sendo quebrados pela presença de alguns elementos de marcação e referência que pontuam o espaço.

A estrutura de caminhos contribui para acentuar esta mesma transição gradual entre o espaço urbano (Nascente) e o espaço rural (Poente). O espaço urbano formaliza-se por percursos e áreas de estadia associadas a pavimentos rígidos e impermeáveis. À medida que nos vamos aproximando do espaço rural e da naturalização de elementos e funções que lhe está associada, a permeabilidade do solo passa a ser uma constante. Entre eles surge um espaço de transição, articulação e diluição das formas e funções.

Os percursos são estruturantes do desenho de projecto, em torno dos quais tudo se desenvolve e organiza. Consoante a intensidade dos fluxos e a ligação/articulação com os espaços contíguos ao Parque, a estrutura de caminhos formaliza-se pela sua hierarquia e pela localização das áreas de atracção e permanência. Nestas áreas materializam-se as principais funções previstas para este Parque Urbano, tendo como base as características e potencialidades do local em que se inserem e também as principais carências identificadas, principalmente ao nível local.

Surgem assim um conjunto de espaços e funções diferenciados, de Nascente para Poente, que representam a viabilidade de implementação do Parque, apresentando características de complementaridade entre si embora se possam implementar de forma autónoma, entre os quais de destaca: A **Praça/Zona de entrada e recepção** ao Parque; o **Centro Equestre**, a **Escola Agrícola**; As **Casas e Campos Agrícolas**; O **Centro de Educação e Interpretação Ambiental**; Os **Espaços Desportivos**; O **Parque de Estacionamento**; Os

diversos **Módulos de Paragem**; A zona de **Apoio a Actividades Náuticas**; A zona destinada à **Construção e Consolidação da Malha Urbana**; e ainda os elementos constituintes do **Sistema Hídrico**, nomeadamente o Lago do P.AV., a Ribeira do Moinho dos canais, a Ribeira de Quarteira, o Lago permanente, os Canais e a Zona temporariamente inundável, e do **Sistema de Vegetação e Circulação**.



**Figura 36 – Plano geral da proposta para o parque urbano de Vilamoura:** 1- Praça; 2- Centro Equestre; 3- Escola Agrícola; 4- Casas e Campos Agrícolas; 5- Centro de Educação e Interpretação Ambiental; 6- Espaços Desportivos; 7- Parque de Estacionamento; 8- Módulos de Paragem; 9- Apoio a actividades náuticas; 10- Construção e consolidação da malha urbana; 11- Sistema Hídrico; 12- Sistema de Vegetação; 13- Sistema de Circulação.

## A Praça/Zona de entrada e recepção

Os fluxos de circulação, a proximidade com equipamentos, serviços e actividades existentes conferem à zona da Praça um carácter marcadamente urbano, pelo que se pretende que esta zona funcione enquanto espaço amplo de entrada e recepção ao Parque, estando associada a funções de circulação, distribuição e estadia.

Esta zona caracteriza-se por ser um dos cinco **centros-chave** do parque, assumindo um papel de “charneira” entre os fluxos e funções existentes e as ligações e actividades preconizadas.

Para além de ser uma ampla área livre de recepção ao Parque, funciona como meio de ligação e articulação com a zona de comércio contígua à marina de Vilamoura, a Sul, bem como com as zonas turísticas, a Este, podendo estar associada, pela sua amplitude e carácter polivalente, a usos e funções

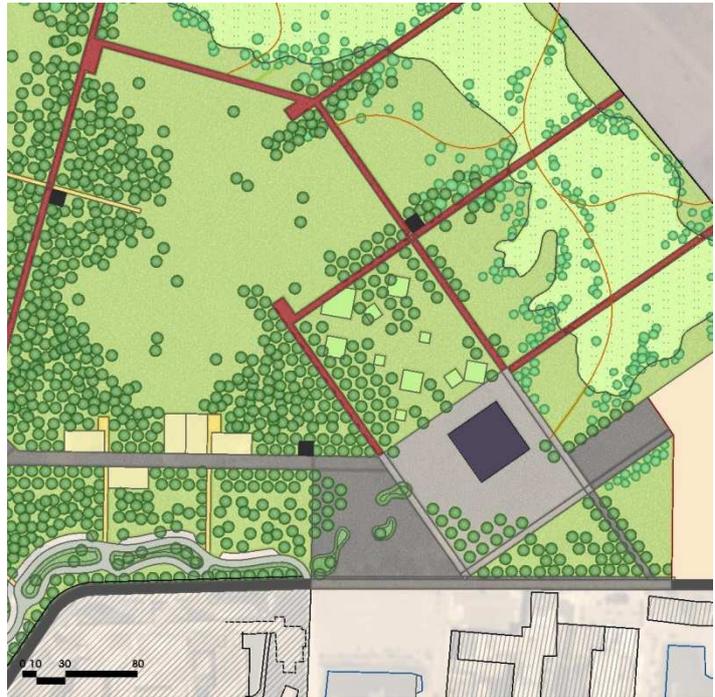


Figura 37 – Zoom de Plano Geral – Zona da Praça

diferenciados como: eventos culturais, estadia formal, festivais e mercados (comercialização de produtos hortícolas e frutícolas produzidos no parque). Para garantir o sucesso da polivalência associada a este espaço, é fundamental que a escolha dos materiais a utilizar em pavimentos e a disposição das plantações, mais concretamente de extracto arbóreo, não inviabilizem a realização de eventos e garantam, simultaneamente, a qualidade da solução formal e o conforto bioclimático. Este amplo espaço livre caracteriza-se assim pela utilização de pavimento impermeável ou semi-permeável, associado a áreas de sombra, maioritariamente no seu perímetro, que amenizam a domínio das superfícies pavimentadas.

Ao nível da circulação é fundamental, não só garantir a ligação à marina de Vilamoura, como também prolongar essa mesma ligação através de uma relação de continuidade. A zona da Praça torna-se assim um prolongamento do “calçadão” da marina de Vilamoura, funcionando enquanto centro de encontro e simultaneamente de distribuição.

Esta articulação entre a praça e a marina de Vilamoura é reforçada pela proposta de uma continuidade ao nível do pavimento, visto ter sido reconhecida a maior importância do fluxo pedonal (sul/norte) relativamente ao fluxo automóvel (este/oeste), que funcionará apenas como ligação entre a envolvente, a praia da Falésia, e a zona de estacionamento do parque.

Garante-se desta forma que as principais ligações sejam estabelecidas e simultaneamente retira-se o tráfego automóvel da zona destinada à implementação do Parque Urbano, contribuindo para uma melhoria da qualidade dos espaços, principalmente ao nível da sua vivência e forma de apropriação. Esta via automóvel funciona assim enquanto elemento de união e não de dissecação urbana.

A ligação ao Cerro da Vila é também preponderante para o desenho de projecto, sendo um dos objectivos da proposta a sua integração no conjunto de espaços que formalizam o Parque, potenciando a função cultural que este espaço encerra e que é fundamental para toda esta zona e para a sua população. O desenho de pavimento proposto contribui para acentuar esta ligação, reforçando a articulação entre a zona da Praça e uma das entradas (proposta) do Cerro da Vila.

É ainda proposta nesta zona da Praça a localização de um edifício (**Centro de Educação e Investigação**), que permita acolher os visitantes do Parque e disponibilizar informações sobre o mesmo, principalmente sobre os aspectos culturais e naturais que lhe estão associados. Este edifício funciona como o grande dinamizador deste sector do parque, pelo seu papel educacional, social e económico, e também por ser o elemento potenciador do património cultural e natural existente e da evolução tecnológica do próprio parque. Este espaço pretende constituir-se como um pólo de investigação sobre aspectos ligados à natureza e ao ambiente, como a utilização de energias alternativas, e também como promotor de acções de educação ambiental, em especial junto à população jovem de Vilamoura e do Algarve. Esta promoção de acções locais pretende alertar e conduzir a população a uma utilização mais eficiente da energia e dos recursos da região, visando o seu desenvolvimento de forma sustentável.

No Centro de Educação e Investigação os visitantes têm ainda a possibilidade de visitar exposições, bem como beneficiar de serviços de restauração e de aluguer de transportes individuais e/ou colectivos, que permitam a circulação por todo o parque.

Complementar a este edifício e às suas funções ao nível da restauração, propõe-se a formalização de uma estrutura de ensombramento, associada à área de esplanada. Este

espaço de sombra assume-se também como fundamental ao nível das funções de estadia e utilização intensiva preconizadas, podendo suportar eventos culturais, turísticos, entre outros, em qualquer época do ano.

Tanto na cobertura do edifício como na cobertura da estrutura de ensombramento, propõe-se a localização de painéis solares e/ou fotovoltaicos, de modo a contribuir para a autonomia energética do Parque.



**Figura 38-** Perspectiva da zona de praça.

Contíguo e complementar à Praça, na zona de transição entre o espaço urbano, maioritariamente impermeável e o espaço permeável, propõe-se uma zona que, pelo desenho que a caracteriza, evidencia e potencia esta mesma transição. Esta zona, destinada à localização de **equipamentos de recreio** activo, apresenta um carácter informal, sendo na sua maioria constituída por piso permeável, mas obedecendo a todas as regras de segurança e acessibilidade. Este tipo de equipamentos destinam-se a ser utilizados por pessoas de faixas etárias distintas (infantil, juvenil e sénior), de forma a dar resposta à diferenciação etária e aumentando simultaneamente o leque de oferta e a diversidade que o espaço apresenta.

A partir desta zona estrutura-se e desenvolve-se a rede de caminhos, que permite percorrer todo o parque num circuito aberto e contínuo, tirando para tal partido de situações diferenciadas, principalmente ao nível dos recursos solo e água, que assumem um papel fundamental na organização do espaço, e visando sempre o contacto da população com a Natureza, o que, nos dias de hoje, se torna cada vez mais fundamental.

Desenvolve-se a partir da zona da Praça um conjunto de situações informais de zonas densas de vegetação e clareiras. Nestas áreas, marcadas pela sua amplitude, podem-se desenvolver actividades distintas de recreio passivo, sem constrangimentos de espaços e obstáculos, complementares às restantes actividades formalizadas para este Parque Urbano.

### Centro Equestre

De modo a proporcionar aos residentes e visitantes da localidade de Vilamoura a possibilidade de poderem realizar actividades distintas daquelas que estão apenas ligadas à praia e ao mar, é proposto um centro equestre, localizado na zona de transição entre a zona urbana e a zona rural. A sua localização tem em conta a conjugação, em perfeita harmonia, do habitat natural do cavalo com o normal funcionamento do Parque e com a sua utilização por parte da população.

O espaço para a implementação do Centro Equestre integra-se numa zona próxima do espaço rural, de forma a potenciar o contacto da população com a Natureza, que se considera fundamental. Apesar de estar num espaço de grande contacto com a natureza, beneficia da proximidade com a localidade de Vilamoura, de um fácil acesso e boas infraestruturas para o transporte de animais.

As actividades distintas, de carácter lúdico, recreativo e formativo, que se associam à implementação deste equipamento, são fundamentais, não só para a melhoria da qualidade de vida da população que



0 Geral – Centro Equestre



1 do Centro Hípico

usufrui deste espaço, como também a nível económico, contribuindo para a estabilidade e dinamização do próprio Parque e para a criação permanente de emprego.

A zona do Centro Equestre caracteriza-se assim por ser mais um centro-chave do parque, contribuindo para aumentar a sua diversidade de oferta, podendo ter gestão e exploração privada, de forma a não representar um acréscimo na despesa de gestão e manutenção geral do Parque Urbano.

### Escola Agrícola

De modo a acautelar o carácter didáctico e pedagógico do Parque, é proposta uma escola agrícola, tendo em conta os recursos disponíveis, bem como a forma de os potenciar e valorizar, contrariando o desprezo que a sociedade apresenta diante de recursos tão importantes para a sobrevivência humana, como o solo e a água.

A localização desta escola beneficia dos recursos naturais existentes, como o solo de óptimas condições para o exercício da actividade agrícola e a presença de água, bastante abundante na envolvente.

Esta escola, pelos usos e funções que encerra, surge como o elemento de transição para o espaço rural, com o intuito de dinamizar e diversificar a oferta do parque, estabelecendo-se como um centro-chave do mesmo.

Funcionará como um elemento de carácter económico, educativo e social bastante importante para o parque e para a região, onde deverá prevalecer a prática de agricultura biológica a baixo preço e acessível a todos.

Os produtos produzidos e recolhidos nos terrenos da escola garantem o abastecimento dos diversos apoios espalhados estrategicamente pelo parque, com serviços ao nível da restauração (bar/ quiosque/ restaurante), de modo a que estes produtos possam ser transformados e confeccionados, podendo ser posteriormente utilizados e vendidos à população, nos diversos locais do Parque destinados para o efeito.



Figura 41- Zoom de Plano Geral – Escola Agrícola

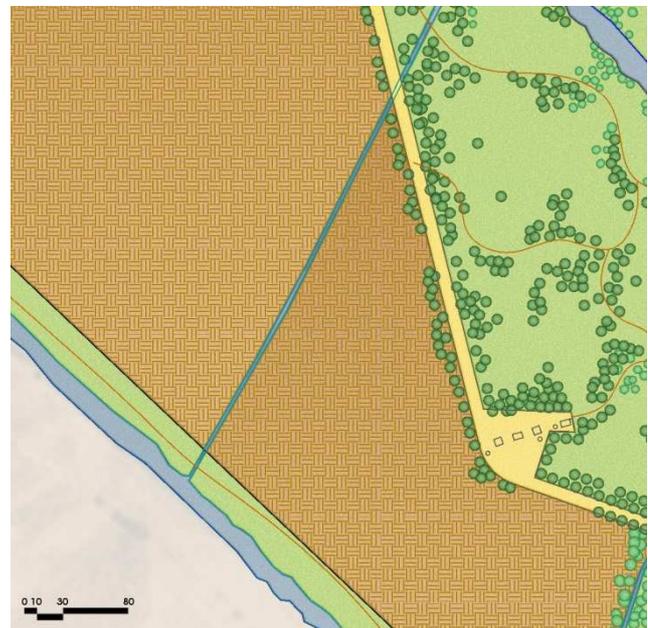


**Figura 42-** Perspectiva de zona da Escola Agrícola com zonas de agricultura e pomar em evidência

### Casas e Campos Agrícolas

As casas agrícolas serão implementadas através da reabilitação de edifícios existentes e da proposta de novos usos compatíveis com as actividades preconizadas. Prevê-se a requalificação de antigas casas ligadas à actividade agrícola, que servirão de apoio a uma zona destinada essencialmente à produção biológica de produtos alimentares.

Com a criação desta zona produtiva, que visa o aproveitamento da potencialidade do solo, surge outro centro-chave do projecto. A actividade praticada nos campos agrícolas destinados para o efeito, com apoio das casas agrícolas, constitui o elemento de maior produção do Parque, contribuindo para seu o equilíbrio produtivo, económico e social, fazendo desta forma com que este parque seja o mais autónomo possível, o que é um dos principais objectivos desta proposta.



ral – Casas e Campos

A exploração desta zona agrícola será devidamente regulamentada, sendo o terreno explorado por cidadãos independentes residentes em Vilamoura, por escolas ou outros organismos públicos ou privados que estejam interessados na exploração destas hortas, por um período de tempo previamente definido. Fazendo esta zona parte integrante do desenho e formalização do parque, propõe-se que as pessoas que explorem os terrenos agrícolas preconizados contribuam com uma percentagem do lucro da produção, para efeitos de gestão e manutenção do próprio parque.

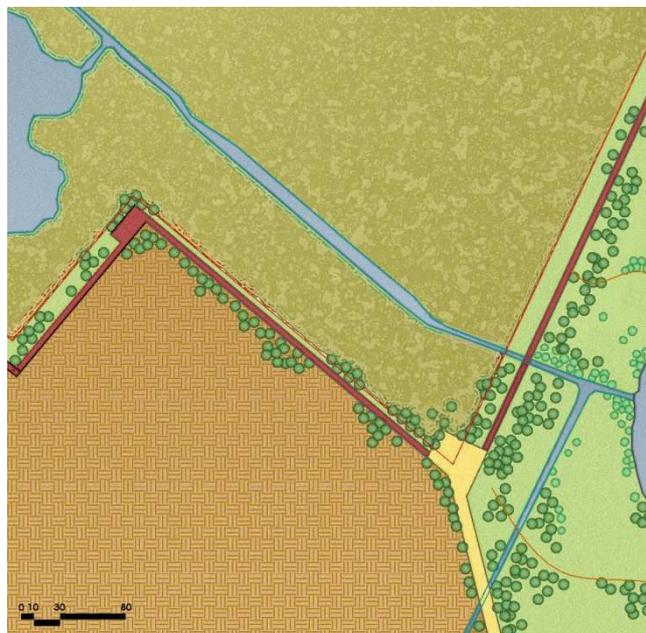
### Centro de Educação e Interpretação Ambiental

De Nascente para Poente este é o “último” centro-chave do projecto, fundamental por ser o ponto de entrada no Parque Ambiental de Vilamoura e também por ser o local de divulgação de informação das diferentes espécies de fauna e flora identificadas nesta zona.

Tendo em conta as carências identificadas ao nível da organização e estabilidade do parque ambiental, propõe-se este centro de educação e interpretação ambiental, que se considera um elemento importante para a conservação do parque ambiental, mas sobretudo para a potenciação de um valor que se encara como fundamental ao equilíbrio do território, bem como de inúmeras espécies de fauna e flora.

Propõe-se que este espaço seja o ponto de partilha de informação com a população residente e visitante desta localidade, funcionando por um lado, enquanto local de paragem e descontração, e por outro lado, de sensibilização e divulgação dos valores naturais presentes.

Pretende-se a implantação de uma construção ligeira, sem recurso a movimentos de terras, com carácter de observatório/miradouro, focado sobre a paisagem envolvente.



**Figura 44** – Zoom de Plano Geral – Centro de Educação e Interpretação Ambiental

Preconiza-se que neste local se realizem acções de carácter ambiental, dando a conhecer as diferentes potencialidades da área envolvente.

O Centro de Educação e Interpretação Ambiental é um espaço destinado à educação ambiental da população de Vilamoura, principalmente direccionado para a comunidade escolar, estudantes e investigadores na área do Ambiente, cujos estudos sejam direccionados para a Educação Ambiental. Aqui, poderão realizar-se diversas actividades didácticas e pedagógicas, centradas no estudo e protecção da Natureza e património ambiental, com vista á promoção de estudos e publicações sobre a Fauna e Flora do parque.

Esta estrutura dará apoio a todas as acções/actividades desenvolvidas no parque ambiental, disponibilizando todo o material de apoio e toda a informação necessária para a sua compreensão.

Contribui-se assim, com a criação deste Centro de Educação e Interpretação Ambiental, para a promoção do Turismo Rural e Ambiental como forma de desenvolvimento da região.

### **Espaços Desportivos**

Os espaços desportivos preconizados funcionam enquanto zonas de transição entre o parque de estacionamento e via automóvel e a zona interior do parque, tirando partido da proximidade com o estacionamento, que é fundamental para quem se desloca ao Parque exclusivamente para utilização das zonas desportivas.

Para além da proximidade com o estacionamento os espaços desportivos localizam-se também na proximidade da Praça, sendo constituídos por áreas destinadas à prática de desporto activo, que se formalizam por campos de jogos, como basquetebol, futebol, ténis, etc., obedecendo a todas as regras de segurança e acessibilidade.

De forma a fornecer uma maior diversidade de oferta aos utilizadores foram preconizados vários campos destinados à prática de recreio activo, que se desenvolvem em torno do percurso principal e numa localização marcadamente urbana, por constituírem actividades de carácter marcadamente urbano.

Pretende-se com a criação desta zona de desporto formalizada, poder dar resposta às necessidades deste tipo de equipamento por parte dos visitantes e residentes mais jovens, alargando a faixa etária de utilização do Parque a todas as idades, bem como as escolhas lúdicas e desportivas disponíveis.

Além do espaço desportivo, formalizado no desenho de projecto por campos de jogos distintos, existe um prolongamento da prática desportiva por todo o parque, através da criação de zonas amplas, de piso permeável, destinadas a uma prática desportiva de carácter informal.

### **Parque de Estacionamento**

A estratégia proposta visa a criação de bolsas de estacionamento a Sul, que se dispõem desde a Praça proposta até ao acesso à praia da Falésia, servindo de apoio aos utilizadores do parque, praia e marina de Vilamoura.

As bolsas de estacionamento propostas localizam-se numa área de características mais urbanas, de forma contígua ao actual acesso rodoviário de ligação à praia.

Em toda a zona de estacionamento serão acautelados cerca de 500 lugares para ligeiros e autocarros. Serão ainda acautelados lugares destinados a indivíduos com mobilidade reduzida, cujo número estará de acordo com a legislação em vigor, localizados junto aos principais acessos do parque, garantindo desta forma a acessibilidade a todo o tipo de utilizadores.

A proposta da zona do estacionamento nos limites do parque é intencional e tem o objectivo de estagnar definitivamente a circulação automóvel para o interior do parque, tendo os utilizadores ter que se deslocar pedonalmente ou através de transportes fornecidos pelo próprio parque, como por exemplo, bicicletas.

De forma a atenuar o eventual impacte provocado pela formalização desta zona, é proposto que o estacionamento surja de forma intercalada com zonas arborizadas e micromodelações de terreno.

Junto ao acesso à praia da falésia as modelações de terreno terão uma linguagem geométrica que se vai naturalizando à medida que se aproximam da zona de praça, adquirindo formas totalmente orgânicas que extravasam os limites do estacionamento e entram na praça, contrapondo desta forma as formas rígidas e geométricas que caracterizam a linguagem adoptada nesta zona de carácter marcadamente urbano.

Como forma de consolidação da proposta estão previstas bolsas de estacionamento nos pontos de maior afluência do parque, garantindo deste modo uma distribuição equitativa de lugares nessas áreas, bem como um acesso directo aos principais centros-chave do projecto.

Foram ainda equacionadas zonas destinadas à instalação de Áreas de Serviço para autocaravanas, contíguas à zona de estacionamento localizada junto ao acesso à praia da falésia. Desta forma, contribui-se para dar resposta à grande procura de que este espaço é alvo, evitando o estacionamento informal e desorganizado. A criação desta zona destinada à prática de Autocaravanismo contribui para minimizar os problemas identificados relacionados com a sazonalidade, uma vez que este espaço pode receber este tipo de turismo durante o ano inteiro.



**Figura 45-** Perspectiva de parque de estacionamento.

### **Módulos de paragem**

Devido à escala e dimensão deste parque sentiu-se a necessidade de criar diversos locais de paragem, distribuídos uniformemente ao longo do percurso principal e secundário, consoante o cruzamento dos principais fluxos.

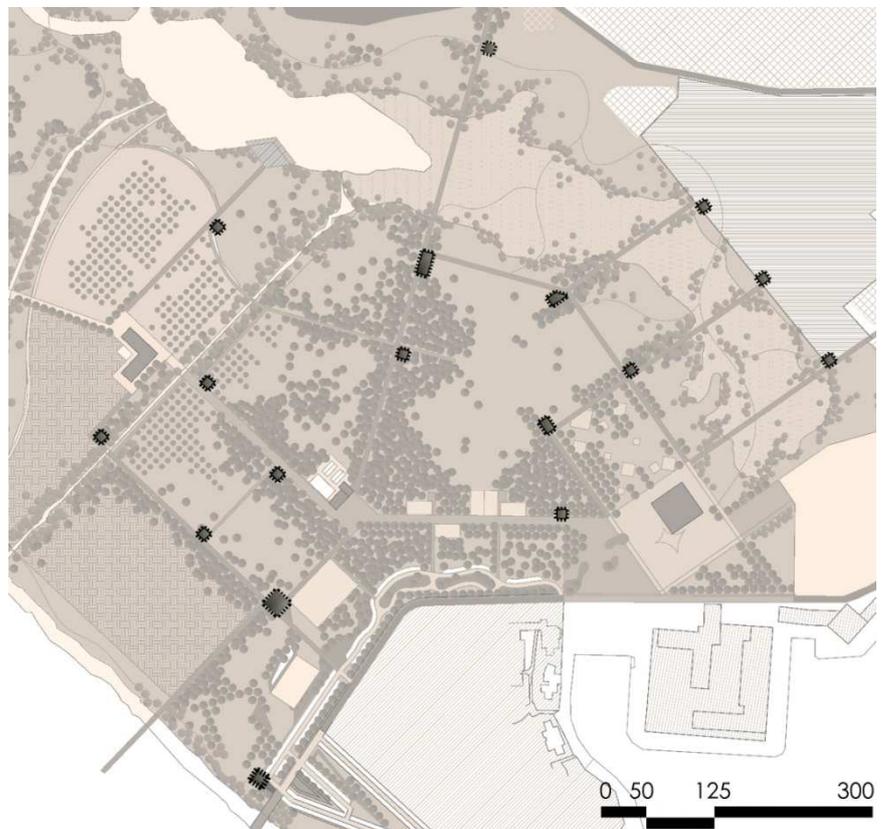
Caracterizam-se por ser zonas onde os utilizadores poderão descansar, estando associadas principalmente a funções de estadia e descontração, dispondo de mobiliário urbano para o efeito, como bancos, bebedouros, etc. Estas zonas poderão ainda estar relacionadas com temáticas distintas de cariz cultural, de modo a potenciar as funções preconizadas de paragem e descontração.

Propõe-se nestes locais a localização das zonas de estacionamento e descarga de energia das bicicletas para posterior utilização nestas mesmas zonas e/ou para gastos energéticos ao nível da manutenção do próprio parque (facto que se explicará mais à frente, no tópico relativo ao sistema de circulação - bicicletas). Esta energia produzida através da deslocação dos utilizadores pelo parque será aproveitada para a criação das zonas temáticas, dirigidas, por exemplo, ao som e à música. Nestas zonas, consoante a passagem dos utilizadores e a energia produzida durante a sua deslocação pelo parque, será produzida música, de forma interactiva com os mesmos e sem gastos adicionais de energia. A energia necessária para as actividades preconizadas será assim proporcional à energia produzida por cada utilizador.

Serão ainda preconizadas zonas de leitura, marcadas pelo ensombramento, silêncio e pelas vistas sobre a paisagem envolvente. Nestas zonas prevê-se a colocação de mobiliário urbano destinado para o efeito, como por exemplo a colocação informal na zona permeável contígua ao módulo de paragem, de poltronas ou puffs.

De modo a conferir homogeneidade e unidade entre os diversos módulos de

paragem criados propõe-se nestas zonas de paragem a colocação de estruturas modulares associadas a funções distintas consoante a sua localização, com apoio sanitário quando necessário, com o principal objectivo de proporcionar zonas de sombra e conforto aos utilizadores do parque. Estes elementos caracterizam-se pela sua estrutura leve e removível, se necessário, sem danificação do solo.



**Figura 46** – Localização dos módulos de paragem propostos

## Apoio a Actividades Náuticas

A zona do lago permanente é um local privilegiado, visto apresentar as condições necessárias para promover a realização de actividades náuticas em meio natural, no concelho de Loulé. No entanto a sua prática deve restringir-se a determinados locais, de modo a não interferir com os recursos naturais existentes, com o natural funcionamento dos ecossistemas presentes, ao nível da flora e fauna, e com a prática de outras actividades preconizadas, de cariz ambiental e ecológico.

Propõe-se que as actividades desportivas náuticas praticadas neste local sejam ao nível dos desportos não motorizados, como por exemplo, a vela, o remo e a canoagem, não perturbando o meio natural em que este espaço se insere.

Adjacente ao lago propõe-se a localização de uma zona de recepção, formalizada por uma plataforma sobrelevada e por um edifício de estrutura leve, de apoio às actividades náuticas, onde se pretende fomentar os aspectos pedagógicos e educativos ligados à prática das diferentes modalidades desportivas preconizadas.

Pretende-se com isto tirar partido de um recurso existente, que para além da mais-valia que representa enquanto elemento importante do sistema hídrico, é também um elemento fundamental ao nível do recreio activo directamente ligado ao meio natural e, mais concretamente, ao recurso água e a todas as potencialidades que lhe estão associadas.



**Figura 47-** Perspectiva de zona de apoio náutico.

## Construção e Consolidação da Malha Urbana

De acordo com a análise efectuada, definiram-se três grandes zonas destinadas à consolidação da malha urbana, de tipologia essencialmente residencial.

Conforme já foi analisado em capítulos anteriores, a tipologia do edificado que mais predomina neste local é o turismo e casas de 2ª habitação. Tendo isso em conta, a proposta para este parque visa contrariar essa tendência, que, pelo seu carácter sazonal, se considera extremamente negativa, contribuindo para transformar Vilamoura numa zona excessivamente frequentada no período de Verão e, pelo contrário, numa cidade quase “fantasma” no Inverno.

Desta forma e com o intuito de colmatar algumas carências identificadas, como a falta de sentido de comunidade e o desapego aos recursos naturais e culturais existentes, propõe-se a criação de zonas habitacionais permanentes.

Essas habitações terão como pilares os princípios da permacultura, que visam a integração global de vários elementos, pretendendo desta forma que os residentes tomem uma atitude mais consciencializada e sustentável sobre o meio em que estão inseridos.

*“A Permacultura não é um sistema especializado e único numa determinada actividade mas sim um método de integração global de vários componentes da actividade humana, tais como agricultura, piscicultura, silvicultura (...), arquitectura, engenharia, paisagismo, ambiente, economia, sociologia, cultura”<sup>19</sup>*

Para além de contribuir para a fixação das pessoas nesta zona considera-se que esta temática contribui para uma aproximação da sustentabilidade agrícola, social, cultural e económica de toda esta população.

Pretende-se com isto transmitir uma ideia, que possa contribuir para atenuar o impacto das populações no território, seguindo um caminho mais sustentável a uma escala mais global.

Desta forma, o objectivo a atingir com esta proposta consiste principalmente na criação de uma mudança de atitude, que se torna mais importante do que o impacto que terá ao nível desta zona.

---

<sup>19</sup> Tamera, Aldeia da Paz - <http://www.tamera.org/index.php?id=736&L=2>

Sendo esta uma prática ainda muito recente propõe-se que algumas habitações sirvam como objecto de estudo e investigação (actividades do Centro de Educação e Investigação do parque) na procura de novas soluções técnicas ao nível da minimização de consumo energético e dos recursos como a água e o solo.

É ainda proposto que estas habitações de uma forma geral, estejam associadas a hortas, cisternas, central de compostagem e painéis solares.

As casas deverão aproximar-se da linha da habitação tradicional algarvia - caiadas, de um piso, com açoteia (sistema de cobertura horizontal que servia para seca de frutos e alguns produtos hortícolas), recolha de água para cisternas e chaminés com rendilhado característico algarvio. Pretende-se com a utilização de elementos tradicionais da paisagem Algarvia, que esta zona se torne um elemento identitário junto da população local. Desta forma, contraria-se a forte descaracterização associada ao actual predomínio de habitações turísticas e de segunda residência.

### **Sistema Hídrico**

O Parque Ambiental de Vilamoura, as ribeiras, o lago existente, os canais, a zona temporariamente inundada, bem como a vegetação existente e proposta nas suas margens, irão desempenhar funções importantes ao nível da continuidade e de corredor ecológico, no que diz respeito à fauna e flora.

O parque ambiental é um recurso natural bastante importante nesta zona, mas considera-se que a sua extensão ultrapassa os limites administrativos. Se não existirem corredores ecológicos e se não se assegurar uma continuidade a partir do P.A.V. e para o P.A.V., este acabará por se extinguir. Os elementos a conservar no P.A.V. são dinâmicos e migratórios, pelo que se reconhece que as zonas do lago existente, canais, ribeiras e zona temporariamente inundada são bastante importantes, de forma a garantir essas ligações com a envolvente.

Além das funções lúdicas, cénicas e recreativas associadas à existência do lago e do espelho de água por ele criado, considera-se que este é um elemento fundamental ao nível do aumento da biodiversidade do parque e da instalação de espécies de fauna e flora do sistema aquático. Além destas funções lúdicas, ambientais e ecológicas, que contribuem significativamente para a atracção de pessoas ao Parque, esta zona de água de carácter permanente poderá ainda funcionar enquanto receptor das águas pluviais e posterior abastecimento de água para a rega.

Nos canais, que descarregam permanentemente a água do lago na ribeira de Quarteira, propõe-se a colocação de diques, com o objectivo de travar a água, necessária nos períodos de secura, deixando-a passar apenas nos períodos em que haja excesso de água. Além das funções estéticas, lúdicas e desportivas (prática de desportos náuticos), associadas à presença de água permanente na estação seca, esta solução associada à proposta de diques nos canais, tem também como objectivo o abastecimento de água para a rega do parque, diminuindo assim os gastos ao nível da sua manutenção.

De modo a aproveitar e potenciar as características naturais do terreno, é proposta a requalificação da zona temporariamente inundada, que além das funções fundamentais ao nível da continuidade ecológica, desempenha um papel essencial no controlo de cheias a jusante. Este elemento de água permite uma utilização de carácter activo e recreativo na estação húmida, aquando da presença de água, e a utilização informal na estação seca, encarando a ausência de água nesta estação como uma característica inerente a esta zona, não se prevendo por isso nesta altura o abastecimento de água a partir do lençol freático.

Todas as depressões existentes, bem como toda a vegetação proposta, contribuem para a infiltração gradual da água da chuva, diminuindo a velocidade de escoamento e retendo os caudais de cheia.

### **Sistema de Vegetação**

Ao nível do sistema de vegetação, pretende-se que a sua utilização se adapte convenientemente às diversas características funcionais e circunstâncias ecológicas da área de intervenção e do meio em que se insere. Assim sendo, as espécies a utilizar nas áreas de protecção e enquadramento deverão responder às exigências de solo e clima (com baixos consumos hídricos), proporcionando ensombramento, protecção contra a erosão (principalmente nas margens das ribeiras), contenção de vistas, definição de arruamentos, etc.

Ao nível do revestimento optou-se pela utilização de sementeira de prado, regado e de sequeiro, consoante o tipo de utilização prevista.

Propõe-se a requalificação das margens da ribeira de Quarteira, da ribeira dos moinhos e dos canais através da criação de galerias ripícolas, adoptando-se vegetação adequada a este ecótopo, nos diversos extractos que o constituem.

Além das ribeiras e dos canais, a vegetação de sistema húmido é ainda utilizada na envolvente ao lago existente, bem como na zona temporariamente inundada preconizada. Na zona temporariamente inundada a vegetação apresenta-se de forma mais densa nas zonas mais altas, permitindo deste modo a absorção gradual de água da chuva por parte do solo.

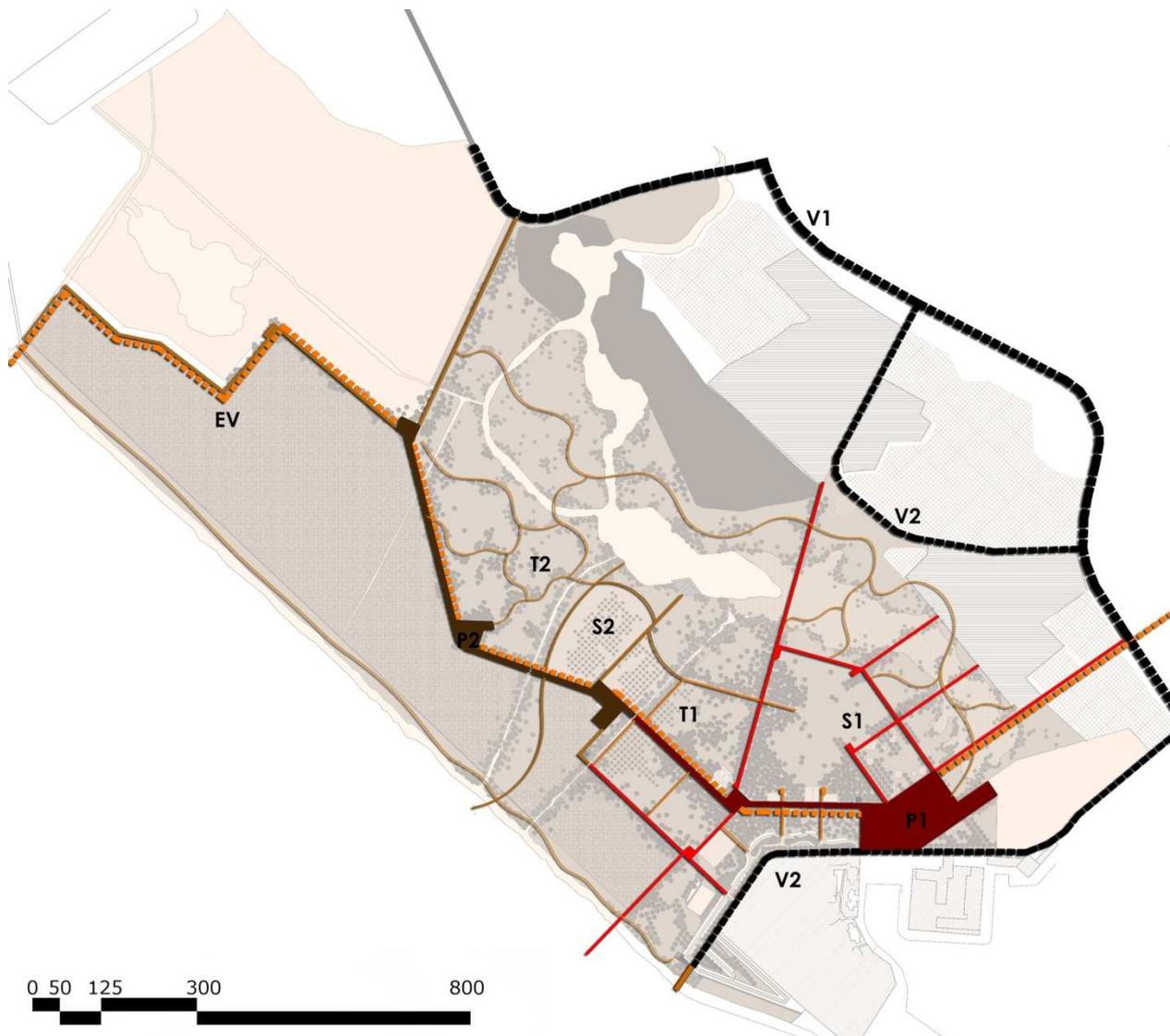
Ao nível da vegetação de sistema seco propõe-se a presença de árvores em maciço denso e clareiras, bem como a alternância de espécies arbóreas e arbustivas, da flora autóctone e da região.

Ainda ao nível do sistema de vegetação é fundamental recuperar e valorizar o pomar existente, bem como preconizar o seu reforço nas zonas de carácter produtivo, nomeadamente na zona da Escola Agrícola. A colheita do pomar existente e proposto será da responsabilidade da Escola Agrícola, fomentando desta forma o carácter didáctico e pedagógico ao nível da actividade agrícola que lhe é inerente, servindo os produtos colhidos para abastecimento de todos os locais que tenham serviço de restauração preconizados ao longo do parque. A única excepção reside no pomar localizado no domínio do Centro Equestre, cujos produtos poderão também ser utilizados para alimentar os animais.



eco; 2-

## Sistema de Circulação



**Figura 49** – Planta do Sistema de Circulação (V1 – Via automóvel primária; V2 – Via automóvel secundária; P1 – Percorso Principal de material impermeável; P2 – Percorso Principal de material permeável; S1 – Percorso Secundário de material impermeável; S2 – Percorso Secundário de material permeável; T1 – Percorso Terciário de material impermeável; T2 – Percorso Terciário de material permeável; EV – Ecovia)

A estrutura de caminhos proposta teve por base os fluxos de circulação existentes e potenciais, bem como as principais funções identificadas na envolvente do Parque, com as quais é fundamental estabelecer uma continuidade física, em articulação com os centro-chave do projecto.

No que refere às vias de circulação presentes, é fundamental referir que se propõe a supressão de uma via de circulação automóvel (que liga a parte norte do parque à praia

da falésia), o que se deve à fragmentação física por ela criada, assim como à perturbação visual e sonora provocada.

Um dos principais objectivos desta proposta consiste na criação de um parque fundamentalmente pedonal e ciclável, que possa ser percorrido apenas por veículos não motorizados, à excepção de veículos de abastecimento e de emergência, para os quais é garantido um percurso livre, de dimensão adequada, que permita aceder sem qualquer obstáculo aos principais pontos do parque. Com o retirar dos automóveis e veículos motorizados do parque, contribui-se para minimizar a perturbação provocada sobre o meio em que este espaço se insere, bem como sobre os recursos nele identificados, potenciando o contacto directo da população com a natureza.

Os percursos propostos integram uma estrutura hierarquizada e acessível, que visa potenciar o passeio, a deambulação e o contacto com a Natureza.

Esta estrutura formaliza-se por um percurso principal, que faz as ligações directas entre os cinco centros-chave do parque, apresentando largura suficiente para a passagem de veículos de emergência e de abastecimento; por percursos secundários, que se destinam a assegurar o atravessamento entre os diversos equipamentos e serviços que se localizam no exterior do parque, os principais centros-chave e o percurso principal; e por percursos terciários, de carácter essencialmente deambulatório e de fruição, destinados ao passeio e estabelecendo a ligação entre o percurso principal e os percursos secundários.

No cruzamento destes percursos surgem os módulos de paragem preconizados, com funções distintas, consoante o local em que inserem.

É ainda importante referir que será efectuada a ligação à Ecovia existente, para que esta, ao atravessar o Parque, percorra os seus principais centros-chave, surgindo adoçada ao percurso principal.

Como já foi dito anteriormente, prevê-se que a circulação no interior do parque se efectue através de meios não poluentes, procurando encontrar soluções que acautelem a mobilidade dos utilizadores pelo parque e que sejam simultaneamente elementos de alerta ecológico, visto o transporte se considerar um elemento chave do projecto, dada a extensão do parque.

Um parque com a dimensão que se apresenta, para dar resposta às necessidades dos seus inúmeros utilizadores, poderá ter grandes gastos de energia na sua manutenção e actividades que são fundamentais para a dinamização de um parque. Desta forma, apresentando o parque, uma escala onde irão existir deslocações consideráveis, o

sistema de transportes torna-se um elemento preponderante na proposta, a integrar com os restantes elementos de projecto.

As grandes deslocações com que os utilizadores terão que se deparar para **percorrer o parque** e os seus principais centros-chave, bem como os **gastos de energia** produzidos pelo parque a esse nível, são consideradas duas grandes **condicionantes** ao funcionamento do parque, para as quais se pretende encontrar uma solução sustentável e que contribua para diminuir os gastos energéticos.

Tentando dar resposta a estas condicionantes, foi encontrada uma solução, que para além de resolver a questão da distância e reduzir os gastos energéticos, considera-se um elemento único e dinamizador, que em conjunto com outros elementos e sistemas referidos anteriormente, conferem ao parque singularidade e referência regional.

De uma forma geral, esta solução caracteriza-se pela proposta de um sistema de circulação organizada, não motorizada, mais concretamente bicicletas, que permitam a produção de energia, utilizada para colmatar os gastos produzidos pelo parque a esse nível, como por exemplo nas zonas dos módulos de paragem e percursos principal e secundários.

Esta energia é principalmente produzida através da energia cinética criada quando a bicicleta está em movimento, utilizando para tal pequenos mecanismos (usinas) junto às rodas. As bicicletas terão uma bateria que serve para recolher e acumular toda a energia produzida para ser posteriormente utilizada.



**Figura 50** – Imagem esquemática das bicicletas propostas: Fotografia à esquerda representa a bicicleta posicionada na estação onde será descarregada e simultaneamente captada, a energia; Fotografia à direita representa a captação de energia da bicicleta parada fora da estação. (Adaptação de imagem com base em [http://www.soitu.es/soitu/2009/03/17/hartosdelcoche/1237300638\\_811769.html](http://www.soitu.es/soitu/2009/03/17/hartosdelcoche/1237300638_811769.html))

Nas principais zonas de entrada do Parque, localizadas no seu limite perimetral, propõe-se a localização de apoios destinados a fornecer as bicicletas aos utilizadores. A tipologia de

transporte das bicicletas será diferenciada, para que este transporte possa ser usufruído por todo o tipo de utilizadores, independentemente da distância percorrida e da sua condição física.

Prevêem-se ainda estações de bicicletas em todas as zonas de estadia, que se destinam ao estacionamento das bicicletas após utilização. Enquanto estiverem nas estações as bicicletas irão descarregar a energia produzida, que por sua vez alimentará todos os gastos energéticos produzidos no parque, nomeadamente nas zonas dos módulos de paragem, centro-chave e zona envolvente, ao nível de iluminação, som e de objectos como computador, telemóvel, painéis electrónicos, etc.

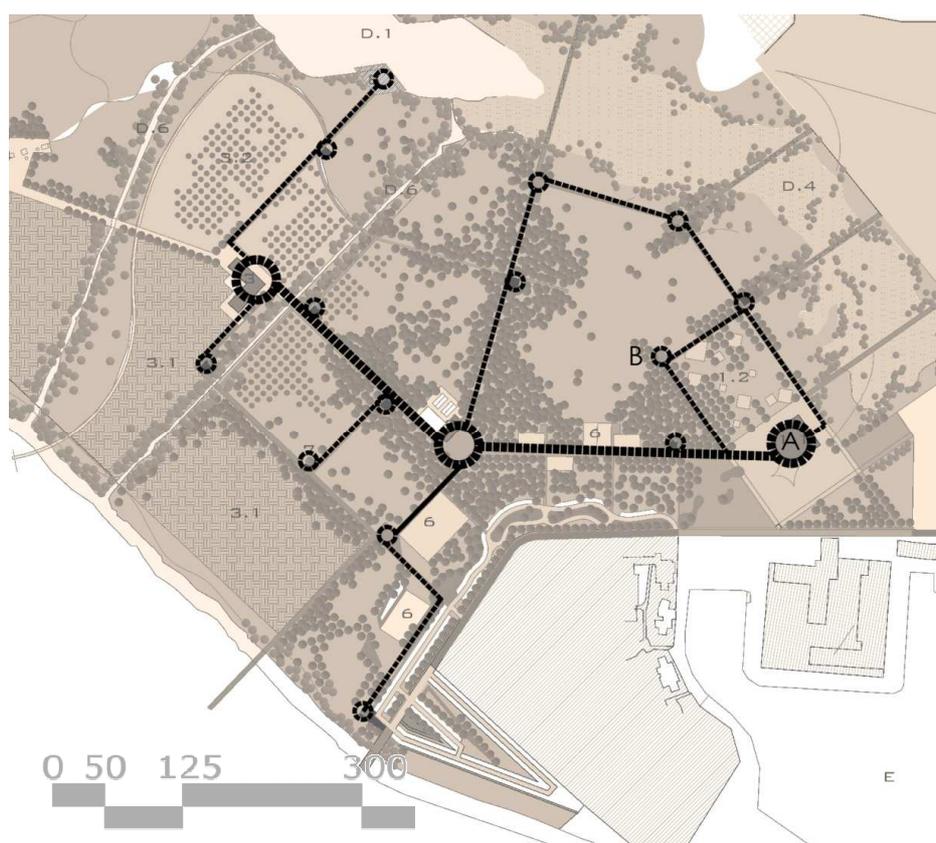


**Figura 51** – Esquema do Sistema de Captação de energia proposto (Adaptação de imagem com base em [http://www.soitu.es/soitu/2009/03/17/hartosdelcoche/1237300638\\_811769.html](http://www.soitu.es/soitu/2009/03/17/hartosdelcoche/1237300638_811769.html))

Para além disto, tanto a estação como a bicicleta estarão devidamente equipadas, de modo a produzir energia solar e energia eólica, que aumentarão a eficiência energética produzida em todo o parque. Todo este sistema estará devidamente interligado entre estações e Centros-chave como se pode verificar na figura 50.



**Figura 52-** Perspectiva de módulo de paragem.



**Figura 53 –** Carta síntese do sistema de captação de energia: **A-** Pontos centrais de captação e onde converge a energia captada e não utilizada nos pontos B; **B-** Pontos de captação de energia

## 9 – Considerações finais

Com o desenvolvimento das fases de análise e caracterização espacial efectuadas a uma escala local e regional, da análise crítica ao projecto prestes a ser implementado da Cidade Lacustre em Vilamoura e finalmente da realização de uma possível proposta ao nível de Estudo prévio para um parque urbano na mesma zona de intervenção, considera-se que foi possível dar resposta aos objectivos previamente definidos.

Ao longo de todo o processo de **investigação e síntese de informação** recolhida foi possível perceber que o espaço de intervenção é bastante complexo e diversificado, quer pela sua escala, pela presença de recursos naturais e património natural e cultural, ou pela pressão urbano-turística e forte sazonalidade sentida em toda a região.

Na fase seguinte e com um conhecimento mais profundo sobre a zona a intervir, procedeu-se à análise crítica do **projecto da Cidade Lacustre** (pela Lusort). Este projecto apresenta-se como o culminar de uma série de atitudes agressivas contra o território, do qual nós estamos dependentes, contribuindo para factores de degradação do mesmo como: a salinização dos dois aquíferos presentes através da proposta de lagos com água salgada; a destruição acelerada do parque ambiental de Vilamoura e consequentemente das espécies de fauna e flora presentes; a falta de sentido de comunidade pela diminuição da população residente e aumento de turistas, o que nada contribui para a estabilidade da zona; o aumento da pressão sobre os recursos naturais presentes como a água e solo (destruindo de forma irreversível um recurso com uma qualidade que já representa uma raridade na região), numa zona já por si de elevada pressão turística; e a saturação do turismo ligado ao sol-mar-praia aumentando desta forma a sazonalidade que se apresenta como um aspecto bastante grave para o desenvolvimento social, cultural e económico da região.

Assim sendo, procedeu-se à definição de uma estratégia conceptual para a proposta de um parque urbano, onde foram definidos alguns objectivos que colmassem as carências da zona de intervenção e potenciassem os valores presentes que estão a ser sub-valorizados.

Para a definição dessa estratégia teve-se em conta as análises efectuadas e as conclusões retiradas acerca da futura implementação do projecto da Cidade Lacustre. Pretende-se que os objectivos estabelecidos, que justificam a realização do projecto da Cidade Lacustre, nomeadamente os económicos, sejam tidos em conta na definição da estratégia e da proposta de intervenção. Contudo, pretende-se mostrar uma forma de

atingir esses mesmos objectivos, mais correcta do ponto de vista social, ambiental e ecológico, que dinamize esta zona, tirando partido das potencialidades e dos recursos que lhe são inerentes.

Considera-se que os objectivos previamente definidos na estratégia conceptual foram alcançados com a realização da proposta de intervenção. Contudo, há consciência de que este parque não vai resolver definitivamente todos os problemas como o falta de sentido de comunidade, a sazonalidade e o avanço descontrolado da expansão urbanística presentes nesta zona. O parque vem antes, mostrar que é possível minimizar estes problemas, não descurando o desenvolvimento económico e a criação de emprego. Pretende-se contribuir com as medidas adoptadas para o inicio de uma mudança, que se ambiciona que seja global e para a sensibilização da população e a importância da preservação e aproveitamento controlado dos recursos e da diversificação da oferta turística. Aspira-se que esta proposta seja uma referência para a realização de posteriores iniciativas, criando condições para uma maior internalização dos efeitos da procura turística na economia regional, através da valorização dos recursos naturais e culturais em presença.

A criação deste Parque Urbano, além da importância que tem a nível local e regional, visto não existir na região nenhum espaço aberto desta tipologia, mostra-se como fundamental para um princípio de restauração da identidade desta zona e da sua população, num local já muito descaracterizado, principalmente devido ao turismo e à forte pressão que lhe está associada.

Ao analisar o projecto da Cidade Lacustre considera-se que os valores inerentes ao património ambiental, natural e urbano, e aos valores paisagísticos da região não podem ser secundarizados em função de outros objectivos, como os de teor apenas turístico e económico. Desta forma, esta proposta de intervenção, efectuada do ponto de vista do Arquitecto Paisagista, visa uma gestão prudente do espaço e das suas transformações ao longo do tempo, assegurando a sustentabilidade ambiental e energética, que traduz as preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade, como recurso de suporte à especialização económica e ao desenvolvimento urbano, habitacional e turístico.

A promoção e consolidação de uma qualidade ambiental sustentável são questões prioritárias sobretudo nesta zona do Algarve, onde a ocupação urbana e turística é mais intensa. Pretende-se que a estrutura e função dos sistemas e recursos naturais e culturais

presentes, bem como a sua conservação, contribuam, numa relação recíproca, para a promoção e desenvolvimento das actividades socioeconómicas.

A diversificação da economia e do turismo a nível regional, através de acções distintas que visem o respeito pelo meio e pelos valores e recursos em presença é um dos principais objectivos que se considera atingido com a realização desta proposta, contrariamente ao que acontece na proposta da Cidade Lacustre, em que a massificação turístico-imobiliária assume maior importância relativamente ao meio e aos valores em presença.

No caso concreto da proposta de intervenção essas acções de diversificação consistem na recuperação e reactivação de zonas de potencialidade agrícola, actualmente expectantes e que são dinamizadoras do turismo a longo prazo, na salvaguarda e valorização do património natural e cultural (histórico – arqueológico), que traduz o reconhecimento do potencial relacionado com o aproveitamento destes recursos territoriais, bem como na proposta de diversos usos compatíveis, consoante as carências identificadas e potenciando sempre o contacto da população com a natureza.

Contribui-se também com tudo isto para a criação de um parque que responde às necessidades de todo o tipo de classes sociais, combatendo desta forma o desequilíbrio social presente em Vilamoura, no que respeita às actividades lúdicas e sociais.

Este trabalho aborda uma temática que está longe de terminar, tendo tido ao longo dos anos uma evolução com consequências negativas para o território e consequentemente para a população. Espera-se que este trabalho sirva como contributo para uma mudança de mentalidade sobre quais são os nossos verdadeiros valores, constituindo-se desta forma, como um projecto que poderá e deverá constituir um início de “uma página virada” na forma de encarar o território.

*“ O conhecimento dos componentes ambientais, naturais e humanos e o estudo da sua interacção, é o ponto de partida para a fundamentação ambiental do Ordenamento do Território. Ao mesmo tempo que representa uma condição para a utilização equilibrada dos recursos naturais, garantindo a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento através da «transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados» ligando, ao mesmo tempo, o conceito de sustentabilidade a uma efectiva e indispensável solidariedade intergeracional.”<sup>20</sup>*

---

<sup>20</sup> Fadigas, Lionel, Fundamentos ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem, Edições Sílabo, Lisboa 2007, pág. 38

## 10 – Referências Bibliográficas

APAP, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas; *O Arquitecto Paisagista – Conceito e Obra*; Lisboa; Junho 2007

APAP, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas; *Trabalhos recentes no estrangeiro de arquitectos paisagistas portugueses*; Lisboa; Dezembro 2004

BRITO, Sérgio Palma; *Território e Turismo no Algarve*; Edições Colibri; Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve; 2009

CABRAL, Francisco Caldeira; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; Lisboa, 1993

GUERREIRO, M. Gomes; *O Homem perante si e o ambiente*; Câmara Municipal de Loulé; 1988

GUERREIRO, M.Gomes; *O Algarve perante a regionalização*; Odisseia; 1998

MAGALHÃES, Manuela Raposo; *A arquitectura paisagista – morfologia e complexidade*; Editorial estampa; Lisboa, 2001

MARTINS, Manuel Victor; CORREIA, Antónia Henriques; *O golfe no Algarve, o presente e o futuro*; Notiforma, imagem e comunicação, lda; 2004

NUNES, João Ferreira; *João Ferreira Nunes (PROAP) - Obras 1994-2010*; Asflor Edições; 2010

OLIVEIRA, Ataíde; *Monografia do Concelho de Loulé*; Algarve em foco Editora; 1998

PESSOA, Fernando Santos; *Algarve, Paisagens e Espaços Naturais*; Comissão de Coordenação da Região do Algarve; Faro, 1999

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane; *A Cidade: Rumo a uma nova definição?* 2ª edição; Edições Afrontamento; 1992

RUANO, Miguel; *Ecourbanismo, entornos humanos sostenibles; 60 proyectos*; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1999

TEIXEIRA, S.B; *Evolução holocénica do litoral em regime transgressivo: o caso da costa de Quarteira (Algarve, Portugal)*. Proceedings, Lisboa, 2005, pp. 121-124

VEIGA, António; *Memórias e Identidade*; Héstia editores; Loulé

Câmara Municipal de Faro; *Plano de Estrutura Verde de Faro*; 1997

Câmara Municipal de Loulé; *Quarteira, Um olhar sobre o passado*; Loulé

Direcção-Geral do Ordenamento do Território, *Instrução de Processos – Ministério do Planeamento e da Administração do Território*, 1990

Direcção-Geral do Ordenamento do Território, *Espaços Verdes Urbanos – Ministério do Planeamento e da Administração do Território*, 1992

Direcção-Geral do Ordenamento do Território, *Ordenamento do Litoral – Ministério do Planeamento e da Administração do Território*, 1990

<http://aeiou.expresso.pt/a-revolucao-da-cidade-lacustre=f364877>

<http://vilamouracena.blogspot.com/>

<http://lusort.com/pt>

[http://www.geocaching.com/seek/cache\\_details.aspx?guid=e76abc5d-fd3e-4d18-9f44-0ce736bb84c3](http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?guid=e76abc5d-fd3e-4d18-9f44-0ce736bb84c3)

<http://www.opcaoturismo.com/reportagens.php?id=131>

<http://www.aeq.pt/Quarteira/quarteira.htm>

<http://algarvivo.com/arqueo/romano/cerro-da-vila.html>

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo/10/>

[http://www.portugalvirtual.pt/\\_lodging/algarve/cegonha/ptindex.html](http://www.portugalvirtual.pt/_lodging/algarve/cegonha/ptindex.html)

<http://www.isa.utl.pt/ceap/ciclovias/almada/index1111111111.htm>

[http://www.nelsonavelar.com/permacultura/permacultura\\_r\\_cursos\\_pdc051.php](http://www.nelsonavelar.com/permacultura/permacultura_r_cursos_pdc051.php)

<http://www.ipemabrasil.org.br/portugues.html>

<http://gen.ecovillage.org/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecovila>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura\\_sustent%C3%A1vel](http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura_sustent%C3%A1vel)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Permacultura>

<http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=689&articleID=3348>

<http://www.tamera.org/index.php?id=1&L=2>

<http://www.ecocasa.pt/>

[http://www.soitu.es/soitu/2009/03/17/hartosdelcoche/1237300638\\_811769.html](http://www.soitu.es/soitu/2009/03/17/hartosdelcoche/1237300638_811769.html)

<http://www.gstriatum.com/pt/bicicleta-com-energia-solar-e-eolica/>

<http://www.tamera.org/index.php?id=736&L=2>

[http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://images02.olx.pt/ui/7/77/28/1279070034\\_105046928\\_5-Vilamoura-Tenis-Piscina-Praia-Desporto-Marina-5-a-12-Setembro-Imoveis](http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://images02.olx.pt/ui/7/77/28/1279070034_105046928_5-Vilamoura-Tenis-Piscina-Praia-Desporto-Marina-5-a-12-Setembro-Imoveis)

<http://vilamouracena.blogspot.com/>